



# Prefeitura Municipal de Taboão da Serra

ESTADO DE SÃO PAULO

## DESPACHO DO PREGOEIRO

Pregão E-105/2022 - Processo nº 30569/2022.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A “AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR”.

Trata-se de PEDIDOS DE IMPUGNAÇÕES solicitados pelas empresas MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (fls. 1233/1256) e ALPHA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA (1260/1264) e de PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS solicitados pelas empresas MEGA MED PRODUTOS E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA EPP e PONTUAL COMERCIAL EIRELI, todos protocolados, conforme Edital, no Portal de Licitações “Compras BR” e parte integrante deste Despacho.

### DAS IMPUGNAÇÕES APRESENTADAS.

Informo, em apertada síntese, que as supracitadas impugnantes insurgiram-se contra os termos do Edital, especialmente, entre outros temas, a composição dos lotes do Pregão Eletrônico E-105/2022. Alegam que, conforme estão configurados os lotes, haveria restrição à competitividade.

### DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS SOLICITADOS.

Informamos à empresa Pontual Comercial Eireli que houve erro material na numeração dos itens do Edital, o que será corrigido na publicação do 2º Caderno Licitatório. À empresa Mega Med Produtos e Serviços Hospitalares Ltda Epp, informamos que as respostas seguem conforme manifestações que fazem parte integrante deste Despacho.

### DAS MANIFESTAÇÕES DA SECRETARIA DA SAÚDE.

Instada, a Secretaria da Saúde, em apertada síntese, manifestou-se, em relação às impugnações (fls. 1275/1276; 1284/1287), pela manutenção do Edital, alegando que haverá economia de escala e opinou pelo indeferimento das impugnações apresentadas, bem como respondeu aos Pedidos de Esclarecimentos solicitados.

### DA MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS.

O Departamento de Licitações e Contratos solicitou emissão de parecer jurídico quanto às impugnações apresentadas. Em parecer fundamentado, parte integrante deste Despacho, a Secretaria de Assuntos Jurídicos opinou “...pelo **DEFERIMENTO das impugnações apresentadas**”.



# Prefeitura Municipal de Taboão da Serra

ESTADO DE SÃO PAULO

*e recomendamos, caso a Secretaria Gestora do Registro de Preço considere a viabilidade do julgamento do menor preço por lote em detrimento do menor preço por item, que os itens a serem agregados em lotes guardem similaridade entre si, com vistas a garantir a satisfação dos princípios da economicidade e da competitividade, conforme determina a lei.” (Grifo nosso).*

## CONCLUSÃO.

Isto posto, com base na manifestação da Secretaria de Assuntos Jurídicos, parte integrante deste Despacho, DEFIRO O PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO solicitado pela empresa MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e com base nas manifestações da Secretaria da Saúde e da Secretaria da Assuntos Jurídicos DEFIRO PARCIALMENTE O PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO solicitado pela empresa ALPHA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA. Informo que, com base nas manifestações da Secretaria da Saúde, ficam respondidos os PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS solicitados.

Retorne os autos do processo para a Secretaria da Saúde para que tenha ciência do parecer jurídico exarado pela Secretaria de Assuntos Jurídicos e, após, seguindo com a urgência que o objeto requer e com os termos da Lei nº 10.520/02 c.c a Lei nº 8.666/93, publique-se o 2º Caderno Licitatório.

Taboão da Serra, 09 de dezembro de 2022.

Thiago Fernandes do Rosário  
Pregoeiro



Prefeitura Municipal de Taboão da Serra  
Estado de São Paulo  
Secretaria de Assuntos Jurídicos  
Procuradoria-Geral do Município

Processo n.º 30.569/2022– E-105/2022 – Fls. \_\_\_\_\_ Rubrica \_\_\_\_\_.

\*\*\*\*\*

Ao Ilmo. Sr. Secretário de Assuntos Jurídicos  
Dr. Matheus Barbosa de Almeida Mota

**Pela Procuradoria Municipal:**

Trata-se de solicitação da Comissão de Licitações para a emissão de parecer quanto às impugnações apresentadas contra os termos do Edital, na modalidade pregão, na forma eletrônica, cujo objeto é “Aquisição Parcelada de Material Hospitalar”, pelo tipo menor preço por lote.

Em síntese, as impugnantes alegam que a composição dos Lotes restringem a competitividade; contrariando jurisprudência do Tribunal, determinando que a regra é a obrigatoriedade da *“adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível”*.

Para corroborar o alegado, as impugnantes citaram trechos de Jurisprudências; Doutrina e da Lei 8.666/93.

A Secretaria da Saúde, Órgão Gestor, esclarece que a composição dos lotes não afetaria a competitividade e haveria a possibilidade de um possível ganho de escala, manifestou-se pela manutenção dos termos do Edital e pelo indeferimento das impugnações apresentadas.

É a síntese do necessário.

Inicialmente, **cumpre-nos salientar que a presente análise jurídica é tão somente opinativa**, sem conteúdo vinculativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise, em consonância com a documentação encartada nos autos.



Prefeitura Municipal de Taboão da Serra  
Estado de São Paulo  
Secretaria de Assuntos Jurídicos  
Procuradoria-Geral do Município

Processo n.º 30.569/2022– E-105/2022 – Fls. \_\_\_\_\_ Rubrica \_\_\_\_\_.

\*\*\*\*\*

Esclarece-se que, **a competência para descrição técnica da aquisição almejada se mostra exclusiva da D. Secretaria Municipal de Saúde por deter a capacidade técnica exigida, entretanto, salientamos o dever de observância à Lei nº 8.666/93, art. 3º, § 1º, I; art. 15, IV e art. 23, §§ 1º e 2º.**

Portanto, ainda que a escolha do critério de julgamento esteja inserida no campo da discricionariedade administrativa, como aduz a Secretaria da Saúde, em respostas aos Pedidos de Impugnação, cabe-lhes fundamentar sua opção, vez que esta há de ser exercitada nos limites da lei.

Informamos que, em que pese os argumentos gerenciais manifestados pela Secretaria da Saúde, em favor do julgamento global, os itens agregados em lotes **NÃO PODEM ter naturezas diversas**, sob pena de inviabilizar a cotação de todos os itens componentes do lote pelos licitantes, portanto, devem guardar entre si similaridade

Neste sentido, citamos recente jurisprudência E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, TC: 00020846.989.22-6:

*“...O mesmo se aplica ao critério de julgamento e composição dos lotes. Em se tratando de objeto divisível, contratado sob o sistema de registro de preços, **embora recomendável a adoção do menor preço por item, assinalo que este Tribunal não vem se opondo à adjudicação em lotes, desde que sejam integrados por um pequeno número de itens de origens e categorias semelhantes, de modo a não restringir, de maneira injustificada, o universo da disputa.**”*  
(Grifo nosso).



Prefeitura Municipal de Taboão da Serra  
Estado de São Paulo  
Secretaria de Assuntos Jurídicos  
Procuradoria-Geral do Município

Processo n.º 30.569/2022- E-105/2022 - Fls. \_\_\_\_\_ Rubrica \_\_\_\_\_.

\*\*\*\*\*

Isto posto, s.m.j, opinamos pelo DEFERIMENTO das impugnações apresentadas e recomendamos, caso a Secretaria Gestora do Registro de Preço considere a viabilidade do julgamento do menor preço por lote em detrimento do menor preço por item, que os itens a serem agregados em lotes guardem similaridade entre si, com vistas a garantir a satisfação dos princípios da economicidade e da competitividade, conforme determina a lei.

É o parecer que, salvo melhor juízo, submeto à apreciação de Vossa Excelência, curvando-me a r. decisão.

Taboão da Serra, 05 de dezembro de 2022.

**Luiz Carlos Nacif Lagrotta**  
OAB/SP nº 123.358  
Procurador Municipal

**AO**  
**DELICO,**

Acolho o parecer retro, por seus próprios fundamentos.  
Seguem os autos para prosseguimento.

Taboão da Serra, 05 de dezembro de 2022.

**Matheus Barbosa de Almeida Mota**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA – SP**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº E-105/2022**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30569/2022**

Ilmo. Sr. Pregoeiro,

A **MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.343.029/0001-90, sediada na Rua Dois, S/N, Quadra 8, Lote 8, Civit I, Serra/ES, CEP: 29.168-030, por sua advogada infra-assinada, vem, apresentar **IMPUGNAÇÃO**, face ao Edital epigrafado.

### **1. CONSIDERAÇÃO INICIAL**

Ao analisar o edital é possível identificar questões que são altamente restritivas de tal forma que irão onerar consideravelmente o valor da contratação. Trata-se do critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR LOTE**, desta forma, requer o recebimento desta IMPUGNAÇÃO, pelos seguintes termos.

### **2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS - LOTE**

Constata-se no edital que essa respeitável Administração definiu como critério de julgamento, o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

Com o devido respeito, a organização dos itens em LOTE materializa-se como exigência de caráter restritivo e atenta contra a economicidade.

Na licitação por itens, o objeto é dividido em partes específicas, cada qual representando um bem de forma autônoma, razão pela qual aumenta a competitividade do certame, pois possibilita a participação de vários fornecedores.

Por sua vez, na licitação por lotes há o agrupamento de diversos itens que formarão o lote. Destaca-se que para a definição do lote, a Administração deve agir com cautela, razoabilidade e proporcionalidade para definir os itens que o integram, pois os itens agrupados devem guardar compatibilidade entre si, observando-se, inclusive as regras de mercado para a comercialização dos produtos, de modo a manter a competitividade necessária à disputa.

Por oportuno, cabe ressaltar a distinção de licitações por itens e de licitação por lotes, conforme entendimento da Corte de Contas:

“Na licitação por item, há a concentração de diferentes objetos num único procedimento licitatório, que podem apresentar, cada qual, certame distinto. De certo modo, estar-se-á realizando “diversas licitações” em um só processo, em que cada item, com características próprias, é julgado como se fosse uma licitação em separado, de forma independente (...). **Deve o objeto da licitação ser dividido em itens (etapas ou parcelas) de modo a ampliar a disputa entre os licitantes.** Deve ficar comprovada a viabilidade técnica e econômica do feito, ter por objetivo o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a preservação da economia de escala. (...).

Licitação em lotes ou grupos, como se itens fossem, deve ser vista com cautela pelo agente público, porque pode afastar licitantes que não possam habilitar-se a fornecer a totalidade dos itens especificados nos lotes ou grupos, com prejuízo para a Administração.”

Portanto, tem-se que a regra é a realização de licitação por itens, exigindo-se justificativa adequada para a realização de certame por lotes, bem como a demonstração da vantagem dessa, posto que neste último a competitividade acaba, de certa forma, sendo diminuída, já que se impõe a um único licitante a cotação de preço global para todos os itens que compõem o lote.

O parcelamento refere-se ao objeto a ser licitado e represente a sua divisão no maior número de parcelas possíveis que forem viáveis técnica e economicamente, com vistas à ampliação da competitividade. Trata-se de obrigação disposta no art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/1993.

Ainda sobre o assunto, vale ressaltar o enunciado da **Súmula 247 TCU** que trata do parcelamento do objeto nos certames licitatórios:

**“É obrigatória a admissão da adjudicação por item** e não pode preço global, **nos editais das licitações** para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, **cujo objeto seja divisível**, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou completo ou perda de economia da escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto,

possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.” (Grifamos).

Reafirmando a sua já consolidada jurisprudência, o TCU indicou ser o parcelamento a regra, excepcionada apenas quando, justificadamente, prejudicial ao interesse público, através do Acórdão 3.009/2015 – Plenário.

Tudo isso com vista ao Princípio da Competição ou ampliação da disputa, norteador da elaboração do ato convocatório, que se relaciona à competitividade, às cláusulas assecuratórias da igualdade de condições a todos os concorrentes. Viés deste princípio na área econômica é o princípio da livre concorrência (inciso IV do art. 170 da Constituição Federal).

Assim, como a lei reprime o abuso do poder econômico que vise à denominação dos mercados e a eliminação da concorrência, a lei e os demais atos normativos não podem limitar a competitividade na licitação.

O inciso do **§1º, do art. 3º, da Lei nº 8.666/1993** ressalta ser vedado aos **agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

O inciso II do mesmo dispositivo possui resquício dessa vedação ante a proibição de se estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras.

Qualquer cláusula que favoreça, limite, exclua, prejudique ou de qualquer modo fira a impessoalidade exigida do gestor público poderá recair sobre a questão da restrição de competição. Por isso o Tribunal de Contas, não se admite a discriminação arbitrária na seleção do contratante, sendo insuprível o tratamento uniforme para situações uniformes, tendo em vista que a licitação se destina a garantir não só a seleção da proposta mais vantajosa como também a observância do princípio constitucional da isonomia.

**Dessa forma, qualquer exigência qualitativa ou quantitativa que, de algum modo, sob qualquer ângulo, restrinja a competitividade deve ser rechaçada. Inclusive, a mera omissão de informações essenciais poderá ensejar a nulidade do certame, como já deliberou o TCU (Acórdão 1556/2007 – Plenário).**

Em última instância, a inobservância dos princípios licitatórios restringirá, ainda que de forma reflexa, o princípio da competição.

De forma, objetiva, o edital de licitação deve estabelecer o essencial, necessário ou suficiente para a habilitação e execução contratual. Caso contrário, genericamente ou de forma isolada, as cláusulas deverão ser rechaçadas por impugnações.

Em consulta encaminhada ao TCU sobre a aquisição isolada de itens licitados por sistema de registro de preços no qual o critério de julgamento tenha sido o menor preço global por grupo/lote, o relator, ao iniciar a análise, observou que a jurisprudência pacífica do TCU é no sentido de que:

“no âmbito do sistema de registro de preços, a modelagem de aquisição por preço global de grupo de itens é medida excepcional que precisa ser devidamente justificada, além de ser, em regra, incompatível com a aquisição futura de itens isoladamente.” Relacionando diversos julgados que consolidaram tal entendimento.

Destacou também que os arts. 15, inc. IV, e 23 §1º, da Lei nº 8.666/1993 e a Súmula nº 247 do TCU afirmam o princípio do parcelamento (ou dualidade) do objeto como regra, e que a Administração, muitas vezes, generaliza as situações excepcionais que afastam o dever de parcelamento sob o argumento de que a licitação em poucos grupos simplificaria a atividade de gerenciamento administrativo.

O relator prosseguiu apresentando os riscos da utilização indiscriminada da adjudicação por preço global de grupo de itens, tais como a restrição ao universo de participantes, a ameaça ao princípio da competitividade, o aumento nos riscos de contratação antieconômica e a concorrência de jogo de planilha.

Propôs, então, as seguintes respostas ao consulente, as quais foram acatadas pelos demais ministros:

“9.2.2.a **jurisprudência pacífica do TCU** [...] **é no sentido de que**, no âmbito do sistema de registro de preços, **a modelagem de aquisição por preço global de grupo de itens é medida excepcional** que precisa ser devidamente justificada, além de ser, em regra, incompatível com a aquisição futura de itens isoladamente [...]” (TCU, Acórdão nº 1.347/2018 – Plenário).

Como se vê, a adjudicação por itens, nos termos do art. 23, §1º, da Lei 8.666/1993 e da Súmula /TCU 247, quando o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto a ser licitado, é obrigatória.

Não obstante todos os aspectos legais acima demonstrados, cumpre ressaltar ainda que, na prática, a definição do objeto em lotes, dificilmente será possível alcançar o menor preço para cada item, afinal, somente aqueles que possuam todos os itens constantes do lote estarão aptos a participar da disputa.

Sabe-se que nem todas as empresas licitantes possuem condições e aptidão para cotar **todos os itens de um mesmo lote**, afinal, ainda que os produtos possuam o mesmo gênero, podem ser produzidos e comercializados de forma diversa e ter fabricantes específicos para cada produto, sendo oportuna a divisão em itens distintos, ampliando a competitividade e obtendo o menor preço possível.

Daí porque o tipo **Menor Preço Por ITEM** permite o **MAIOR NÚMERO DE PARTICIPANTES** na licitação, **ampliando a disputa** entre os interessados sem, com isso, comprometer o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

### **3. PRINCIPAL OBJETIVO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS**

Certamente essa r. municipalidade sabe que o principal objetivo dos processos licitatórios é a busca da proposta mais vantajosa para a Administração e os cofres Públicos. Por isso, a Administração está vedada a realizar qualquer exigência editalícia que restrinja a competitividade, especialmente nos casos em que a Administração escolha um produto em detrimento de outro. Principalmente se tal escolha onera os gastos da Administração, nos termos do art. 3º, §1º da Lei de Licitações (8.666/1993).

Também o art. 3º da Lei de Pregões também determina que são vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.

É por isso que, o mestre Marçal Justen Filho ensina que, nos processos licitatórios a maior vantagem ocorre quando a Administração decide realizar a prestação menos onerosa aos cofres Públicos, o que somente ocorrerá mediante a promoção da competitividade entre as licitantes.

Portanto, considerando que as exigências impugnadas não agregam qualidade ao produto, sendo, pois, mero diferencial comercial, serve a presente para requerer a reforma do edital a fim de ampliar o rol de licitantes.

#### **4. PEDIDO**

Diante de todo o exposto, requer seja alterado o critério de julgamento para **ITEM**, já que o LOTE acaba por ceifar do certame aquelas licitantes que não trabalham com todos os produtos listados – ainda que haja similaridade entre eles.

**Em anexo**, seguem algumas decisões publicadas por outros órgãos que – ao se depararem com os argumentos ora apresentados – se dignaram de alterar o edital em prol da isonomia, da competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa para os cofres Públicos.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Serra/ES, 21 de novembro de 2022.

**ANNELIZA ARGON**  
**VIEIRA DOS SANTOS**

Assinado de forma digital por  
ANNELIZA ARGON VIEIRA DOS SANTOS  
Dados: 2022.11.21 14:37:23 -03'00'

**MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES**  
**DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,**  
**Representada por sua advogada.**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPIM

CNPJ 20.905.865/0001-04.

Praça Alaíde Quintela Soares, 115 - Centro - Telefone (0XX) 33 3315.1511  
35330-000 - INHAPIM - MINAS GERAIS

Fls.: _____
_____
P. M. I.

Pregão Eletrônico nº: 002/2021  
Processo Licitatório nº: 011/2021

**Objeto: Registro de preços para Aquisição de materiais odontológicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, atendendo as especificações e condições gerais do fornecimento contidas neste Edital e no Anexo I**

**Impugnante: MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

Resposta à Impugnação

A Pregoeira abaixo assinada, considerando a impugnação impetrada pela empresa interessada citada acima, decide sobre os pedidos formulados nos seguintes termos.

1- Da Tempestividade Da Impugnação:

A empresa **MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ sob o nº 05.343.029/0001-90, enviou via e-mail no dia 15/02/2022, sendo aceita e recebida a petição de impugnação ao edital supracitado, ressaltamos que o e-mail foi encaminhado para o endereço de errado, sendo que o edital informa como endereço de e-mail [cp@inhapim@outlook.com](mailto:cp@inhapim@outlook.com). A sessão está marcada para ao dia 23/02/2022. Considerando que o prazo para apresentação de impugnação é de até dois dias úteis antes da data marcada para abertura da sessão, conforme item 11.1 do edital, concluímos que o presente se encontra tempestivo.

2 - Do Relatório A empresa impugnante alegou que:

“O edital estabelece que o critério de julgamento das propostas será por LOTE. Ocorre que, com o devido respeito, a organização dos itens nestes moldes, com diferentes descrições e aplicações ou não, em um único lote, e com o pressuposto de alcance do “Menor Preço por Lote” materializa-se como exigência de caráter restritivo e atenta contra a economicidade. Isso, por si, fere dentre tantos, o princípio da competitividade e o da economicidade, impossibilitando que a Administração encontre e selecione a proposta mais vantajosa. Nesse contexto, se mantido o agrupamento dos itens em lotes, dificilmente será possível alcançar o menor preço para cada item, afinal, somente aqueles que possuam todos os itens constantes do lote estarão aptos a participar da disputa.

Sabe-se que nem todas as empresas licitantes possuem condições e aptidão para cotar TODOS os itens de um mesmo lote, afinal, ainda que os produtos possuam o mesmo gênero, podem ser produzidos e comercializados de forma diversa e ter fabricantes específicos para cada produto, sendo oportuna a



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPIM

CNPJ 20.905.865/0001-04.

Praça Alaíde Quintela Soares, 115 - Centro - Telefone (0XX) 33 3315.1511  
35330-000 - INHAPIM - MINAS GERAIS

Fls.: _____
_____
P. M. I.

divisão em itens distintos, ampliando a competitividade e obtendo o menor preço possível.”

É o breve relato.

3- Do Mérito:

A empresa impugnante em seu pedido requer:

“Diante de todo o exposto, requer seja alterado o critério de julgamento para ITEM, já que o lote acaba por ceifar do certame aquelas licitantes que não trabalham com todos os produtos listados – ainda que haja similaridade entre eles. Importante frisar que esta interessada conhece o poder discricionário da Administração e, por isso, não pretende sugerir que o critério de julgamento por LOTE seja uma ilegalidade, porém, é sabido que o certame em ITENS amplia o rol de licitantes permitindo que a Administração encontre uma proposta realmente vantajosa.”

4 – Do julgamento:

4.1. Diante do exposto, verificando o edital publicado, faz necessário a retificação para que atenda aos requisitos legais para alcançar o menor preço no certame, sendo alterado o critério de julgamento de LOTE para ITEM.

Salientamos, que a data para abertura das propostas será alterada, tendo em vista que a retificação do edital altera as propostas a serem apresentadas.

5 – Da decisão:

Na qualidade de Pregoeira, julgo procedente o pedido de impugnação.

**DANIELA CRISTINA SANTOS LEITE**  
Pregoeira Oficial



## DECISÃO ADMINISTRATIVA

**REQUERENTE: MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

**OBJETO: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 005/2021 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.**

### DO RELATÓRIO, FUNDAMENTAÇÃO E DECISÃO

Trata-se de pedido de impugnação ao supracitado certame, onde requer a alteração do julgamento de LOTE por ITEM e solicita esclarecimento sobre quantitativo de item específico quanto a quantidade por caixa.

Primeiramente cabe destacar que o pedido de impugnação foi devidamente encaminhado dentro do prazo estabelecido no Edital, desta forma, recebido e analisado.

**Após verificação detalhada do pedido, decide-se pela aceitação do mesmo.**

O impugnante requeria a alteração do julgamento de LOTE para ITEM, onde em apertada síntese, argumentou que viabilizaria uma maior competitividade e maior economicidade para a administração pública, trouxe ainda fundamentos dos Tribunais Superiores para corroborar suas alegações.

Entendendo ser um pedido com fundamentos adequados ao caso, apesar do Edital Inicial não ter a intenção de frustrar a competitividade, decidiu-se pela aceitação do pedido e alteração proposta.

Quanto ao pedido de esclarecimento do ITEM 26 (CAIXAS DE LANCETAS COM 24 UNIDADES), esclarecemos que na descrição, em nosso entendimento, é necessário



colocar em caso de unidades (caixa, pacote, fardos etc) especificações da quantidade em cada embalagem, naturalmente, pode existir produtos com embalagens com quantidades diversas.

Esclarecemos por tanto, que havendo a cotação proporcional do item na quantidade total, será indiferente a quantidade da embalagem, desde que atenda e respeite a quantidade total bem como cumpra os quesitos de qualidade, prazos de entrega e demais especificações do edital.

Enfatizamos que qualquer ITEM entregue que venha apresentar problemas relativos a qualidade, defeitos de fabricação ou qualquer outro tipo de incompatibilidade pretendido, a respectiva empresa será notificada para restituição do objeto e/ou entrega de objeto que atenda às especificações sob pena de processo administrativo sem prejuízo de acionamento em outras esferas se necessário.

Desta forma, o edital será retificado e republicado, abrindo novos prazos, cabendo aos licitantes interessados acompanhar o desenvolver no processo nos locais indicados no Edital de Abertura.

Publique-se e Notifique-se aos interessados

CACIQUE DOBLE, RS, 02 DE DEZEMBRO DE 2021.

JANAINA REGINATO,  
PREGOEIRA.



## Memorando 453/2020

Responder apenas via 1Doc

Maira C. **LICITACAO**

CC

Para

**JURIDICO - Secre...**

A/C Danilo N.

2 setores envolvidos

**LICITACAO** **JURIDICO**

04/12/2020 15:09

### Impugnação Edital nº 32/20 - Medicamentos

Boa tarde,

Segue para análise impugnação apresentada pela empresa **MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

Adicionalmente, encaminho esclarecimentos da Secretaria Municipal de Saúde e Vig. Sanitária quanto ao item Lancetas.

Atenciosamente,

—  
**Maira Camargo**

Assistente Administrativo



Quem já visualizou? **2 pessoas**

Visto 7 vezes

#### Despacho 1: 453/2020

07/12/2020 10:40

(Respondido)

Danillo N. **JURIDICO**

**LICITACAO - Lici...**

A/C Maira C.

CC

Prezados, bom dia

Trata-se de impugnação ofertada pela empresa MedLevensohn em face do edital referente ao Processo nº 64/20 - Pregão Eletrônico 05/20, que tem por objeto a aquisição de produtos hospitalares.

Em suma, aduz a empresa que o critério de julgamento por lotes confrontaria a **competitividade**, requerendo a alteração para o do menor lance por itens. Pugnou, ainda, pelos esclarecimentos relativos à dimensão do item 105 lancetas.

Com relação aos esclarecimentos, conforme informado pelo memorando de origem, já foram prestadas as informações devidas.

No que tange ao critério de julgamento, insta apenas ressaltar que a adoção dos lotes deu-se para fins de otimização do processo, tendo sido reunidos em lotes com produtos de mesma espécie e características, visando afastar a limitação de licitantes, a fim de que todos pudessem naturalmente deles participar.

Não há qualquer na lei de licitações e legislação correlata qualquer vedação na utilização de procedimento licitatório para aquisição de bens por lote, que se resume na cumulação de várias licitações em único certame.

Contudo, diante das razões ofertadas pela Impugnante, há de se reconhecer que de fato o julgamento do tipo menor preço por lote, no caso em apreço, dificultará ou mesmo impedirá a ampla participação de potenciais interessados.

Noticiou-se também que outras eventuais licitantes manifestaram informalmente por contato telefonico irresignação com o critério adotado.

Embora, como sobredito, dentro de um critério de conveniência, para fins de subdivisão dos lotes, tenham sido observadas requisitos básicos como semelhança de características, logística, economia de escala, enfim, na hipótese, a retificação do edital passando para o critério unitário e individual de julgamento melhor atenderá aos anseios das licitantes que atuam no mercado, possibilitando maior competitividade ao certame com vistas na proposta mais vantajosa.

Além disso, evita-se que o assunto seja ocasionalmente levado a discussão judicial ou representação junto a Corte de Contas, ocasionando na suspensão do certame e atrasos indesejados.

Isto posto, manifesto pelo deferimento da impugnação, procedendo-se às retificações necessárias, suspensa e remarcada a sessão de pública de processamento.

Da mesma forma, aproveito o ensejo para manifestar o mesmo raciocínio com relação ao Processo 81/20 - Pregao eletrônico nº 04/20, devendo ser suspensa/remarcada a sessão anotada para o dia 07/12.

É como me manifesto.

—  
**Danillo Antonio de Camargo Nitri**

Quem já visualizou? 1 pessoa

**34ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**  
**MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS**  
**HOSPITALARES LTDA**

**CNPJ N° 05.343.029/0001-90**  
**NIRE: 32201720961**

Pelo presente instrumento particular de Alteração Sociedade Limitada:

**MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA**, sociedade empresária limitada, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 43.687.090/0001-43, com seus atos devidamente registrados na Junta Comercial do Espírito Santo sob o nº 32202820986, com sede na Rua Dois, S/Nº, Quadra 08, Lote 08, Sala 02, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, neste ato representada por seus administradores Sr. **JOSÉ MARCOS SZUSTER**, brasileiro, nascido em 14/05/1960, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado na Avenida Atlântica, nº 804, Apto 1101, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portador da carteira de identidade nº 03.684.168-2, expedida pela IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 633.791.987-49; e Sra. **VERÔNICA VIANNA VILLAÇA SZUSTER**, brasileira, nascida em 23/08/1965, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, assistente social, residente e domiciliada na Avenida Atlântica, nº 804, Apto 1101, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portadora da carteira de identidade nº 24.834.394-9, expedida pelo DETRAN-RJ e inscrita no CPF sob o nº 266.539.151-15, única sócia componente da sociedade empresária limitada, que gira sob a denominação social de **MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, sediada na Rua Dois, S/Nº, Quadra 008, Lote 008, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, inscrita no CNPJ sob o nº 05.343.029/0001-90, cujo contrato social encontra-se arquivado na JUCEES sob nº 32201720961. Resolvem as partes **ALTERAR** as cláusulas do contrato social de constituição e dar nova nomenclatura às cláusulas, em virtude da seguinte alteração:

**DO OBJETO SOCIAL E ATIVIDADES DA FILIAL**

**Cláusula 1ª:** Altera-se o objeto social da filial inscrita no CNPJ de nº 05.343.029/0003-51 excluindo a atividade comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos (CNAE 47.73-3-00) e incluindo a atividade de depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 5211-7/99).

**Passando às Seguintes Redações:**

A filial inscrita no CNPJ 05.343.029/0003-51 e NIRE 3390122140-3 exerce as atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (CNAE 74.90-1-04); representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares (CNAE 46.18-4-02); representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado (CNAE 46.19-2-00); consultoria em tecnologia da informação (CNAE 62.04-0-00); atividades de enfermagem (CNAE 8650-0/01); depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 5211-7/99).

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 2ª** – Permanencem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas do contrato social. E, finalmente, as partes resolvem **CONSOLIDAR** o contrato social, que passa reger-se pelas seguintes cláusulas e condições:



**34ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**  
**MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS**  
**HOSPITALARES LTDA**

**CNPJ Nº 05.343.029/0001-90**  
**NIRE: 32201720961**

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO**

**MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA**, sociedade empresária limitada, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 43.687.090/0001-43, com seus atos devidamente registrados na Junta Comercial do Espírito Santo sob o nº 32202820986, com sede na Rua Dois, S/Nº, Quadra 08, Lote 08, Sala 02, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, neste ato representada por seus administradores Sr. **JOSÉ MARCOS SZUSTER**, brasileiro, nascido em 14/05/1960, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado na Avenida Atlântica, nº 804, Apto 1101, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portador da carteira de identidade nº 03.684.168-2, expedida pela IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 633.791.987-49; e Sra. **VERÔNICA VIANNA VILLAÇA SZUSTER**, brasileira, nascida em 23/08/1965, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, assistente social, residente e domiciliada na Avenida Atlântica, nº 804, Apto 1101, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portadora da carteira de identidade nº 24.834.394-9, expedida pelo DETRAN-RJ e inscrita no CPF sob o nº 266.539.151-15, única sócia componente da sociedade empresária limitada, que gira nesta Cidade do Espírito Santo, sob a denominação social de **MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, sediada na Rua Dois, s/n, Quadra 008, Lote 008, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, inscrita no CNPJ sob o nº 05.343.029/0001-90, cujo contrato social encontra-se arquivado na JUCEES sob nº 32201720961. Resolvem as partes dar nova nomenclatura às cláusulas do contrato social de constituição, consolidando-o em um único instrumento que passará a reger-se pelas condições seguintes:

**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FILIAIS E DURAÇÃO**

**Cláusula 1ª** - A Sociedade gira sob a denominação social de **MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** e nome fantasia **MEDLEVENSOHN**.

**Cláusula 2ª** - A sociedade está sediada na Rua Dois, S/Nº, Quadra 008, Lote 008, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030.

- a) **Filial 1** - Estabelecida na Rua Dois, nº 61, Quadra 08, Lotes Englobados 09, 10 e 11, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, inscrita sob o CNPJ 05.343.029/0002-70 e NIRE 3290039774-4.
- b) **Filial 2** – Estabelecida na Rua do Mercado, nº 11, Cobertura, Pavimento 24, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20010-120, inscrito no CNPJ 05.343.029/0003-51 e NIRE 3390122140-3.
- c) **Filial 3** – Estabelecida na Avenida Pompéia, 1.810/1.812, Vila Pompéia, São Paulo/SP, CEP 05022-001, inscrito no CNPJ 05.343.029/0004-32 e NIRE 3590491075-9.
- d) **Filial 4** – Estabelecida na Rua Dois, s/n, Quadra 008, Lote 006, Galpão fundos, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, inscrito no CNPJ 05.343.029/0005-13, e NIRE 3290052400-2.

15° OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELA  
Rua do Ourador, nº 89 - Centro, Rio de Janeiro/RJ - Fone: (21) 3233-2600

**MATERIALIZAÇÃO**

Certifico que a presente cópia corresponde a materialização  
do arquivo denominado 34 Alteração - Medleyensohn.pdf  
com tamanho de 1351, criado em 06/06/2022 às 16:08:57 no  
formato PDF. Folha 2 de 8 impresso às 16:08:57. Rio de  
Janeiro 14/10/2022



JOAO PAULO SOUZA CABRERO - ESCRIVENTE - Matr. 04/20343  
Emolumentos: R\$ 13,94 - T.J.-Fundos: R\$ 5,7 - Total: R\$ 19,64  
Selo: EEHY11099-DXO - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

088641AE311411

JOAO PAULO DE NOTAS  
Escrevente  
Matr. nº 02-11572

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por JOAO PAULO SOUZA CASTRO, em terça-feira, 11 de outubro de 2022 16:31:58 GMT-03:00, CNS: 08.864-1 - 15° Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro/RJ, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

**34ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**  
**MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS**  
**HOSPITALARES LTDA**

**CNPJ Nº 05.343.029/0001-90**  
**NIRE: 32201720961**

**Cláusula 3ª** - A sociedade pode ainda abrir outras filiais e escritórios em qualquer parte do Território Nacional, por deliberação dos sócios cotistas;

**Cláusula 4ª** - O faturamento e entrega das mercadorias poderá ser realizado através da Matriz e/ou Filiais.

**Cláusula 5ª** - A venda das mercadorias poderá ser feita através do telemarketing e e-commerce.

**Cláusula 6ª** - O prazo de duração da sociedade é indeterminado;

**Cláusula 7ª** - As filiais giram com o capital da Matriz.

**DO OBJETO**

**Cláusula 8ª** - A sociedade tem por objetivo:

**Comércio Atacadista:**

- Comércio atacadista de Instrumentos e materiais p/ uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;
- Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios;
- Comércio atacadista de calçados;
- Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário;
- Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia;
- Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria;
- Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal;
- Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;
- Comércio atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico;
- Comércio atacadista de equipamentos de informática;
- Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças;
- Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos, partes e peças;
- Comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano;
- Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários;
- Importação e exportação dos produtos e mercadorias acima mencionados.

**Prestação de Serviços:**

- Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas;
- Assessoramento ao usuário na utilização de sistemas;
- Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-medico-hospitalares.
- Consultoria em tecnologia da informação;
- Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
- Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador;
- Aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador;

15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELIA  
 Rua do Ourdôr, nº 89 - Centro, Rio de Janeiro/RJ - Fone: (21) 3233-2600

**MATERIALIZAÇÃO**

Certifico que a presente cópia corresponde a materialização do arquivo denominado 34 Alteração - Medleyensohn.pdf com tamanho de 1354, criado em 08/06/2022 às 16:08:57 no formato PDF. Folha 3 de 8 impresso às 16:08:57 Rio de Janeiro, 11/10/2022.



JOÃO PAULO SOUZA CASTRO MESECREVENTE Matr. 84-10743  
 Emolumentos: R\$ 13,94 - Tj+Fundos: R\$ 5,7 - Total: R\$ 19,64  
 Selo: EEHY11100-DPN - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

088641RE311412

JOÃO PAULO SOUZA CASTRO  
 Escrevente  
 Matr. 84-10743

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por JOAO PAULO SOUZA CASTRO, em terça-feira, 11 de outubro de 2022 16:31:58 GMT-03:00, CNS: 08.864-1 - 15º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro/RJ, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br](http://www.cenad.org.br)/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

**34ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**  
**MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS**  
**HOSPITALARES LTDA**

**CNPJ Nº 05.343.029/0001-90**  
**NIRE: 32201720961**

- Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis;
- Organização logística do transporte de carga;
- Carga e descarga;
- Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
- Laboratórios clínicos;
- Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica;
- Atividades de apoio à gestão de saúde;
- Atividades de teleatendimento;
- Atividades de enfermagem.

**Parágrafo 1** - A filial estabelecida na Rua Dois, nº 61, Quadra 08, Lotes Englobados 09, 10 e 11, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, inscrita sob o CNPJ 05.343.029/0002-70 e NIRE 3290039774-4, exerce somente a atividade de depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99).

**Parágrafo 2** – A filial inscrita no CNPJ 05.343.029/0003-51 e NIRE 3390122140-3 exerce as atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (CNAE 74.90-1-04); representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares (CNAE 46.18-4-02); representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado. (CNAE 46.19-2-00); consultoria em tecnologia da informação (CNAE 62.04-0-00); atividades de enfermagem (CNAE 8650-0/01); depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 5211-7/99).

**Parágrafo 3** - A filial estabelecida na Avenida Pompéia, 1.810/1.812, Vila Pompéia, São Paulo/SP, CEP 05.022-001, inscrita no CNPJ 05.343.029/0004-32 e NIRE 3590491075-9, exerce as atividades de comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios. (CNAE 46.45-1-01); aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador. (CNAE 77.39-0-02); aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador. (CNAE 77.39-0-99); atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários. (CNAE 74.90-1-04); comércio atacadista de calçados. (CNAE 46.43-5-01); comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria. (CNAE 46.46-0-01); comércio atacadista de equipamentos de informática. (CNAE 46.51-6-01); comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças. (CNAE 46.64-8-00); comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano. (CNAE 46.44-3-01); comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário. (CNAE 46.44-3-02); comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças. (CNAE 46.69-9-99); comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente. (CNAE 46.49-4-99); Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar. (CNAE 46.49-4-08); comércio atacadista de produtos de higiene pessoal. (CNAE 46.46-0-02); comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia. (CNAE 46.45-1-02); comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente. (CNAE 46.37-1-99); comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente. (CNAE 46.89-3-99); transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. (CNAE 49.30-2-02); organização logística do transporte de carga. (CNAE 52.50-8-04); carga

15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELIA  
Rua de Ourador, nº 89, Centro, Rio de Janeiro/RJ - Fone: (21) 3233-2600

**MATERIALIZAÇÃO**

Certifico que a presente cópia corresponde a materialização do arquivo denominado 34 Alteracao - Medlevensohn.pdf com tamanho de 1351, criado em 06/08/2022 às 16:08:57 no formato PDF. Folha 4 de 8 impresso às 16:08:57, Rio de Janeiro 11/10/2022

**notas**

JOAÕ PAULO SOUZA CASTRO, PRESIDENTE, Matr. 04415743  
Emolumentos: R\$ 13,24 - IJ+Fundos: R\$ 0,7 - Total: R\$ 13,94  
Selo: EEHY1101-DJF - Consulte em <https://www3.trfjus.br/sitepublico>

088641RE311413



15º OFÍCIO DE NOTAS  
JOAÕ PAULO SOUZA CASTRO  
Escrevente  
Matr. 2.862.100

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por JOAÕ PAULO SOUZA CASTRO, em terça-feira, 11 de outubro de 2022 16:31:58 GMT-03:00, CNS: 08.864-1 - 15º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro/RJ, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade).  
O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

**34ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**  
**MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS**  
**HOSPITALARES LTDA**

**CNPJ Nº 05.343.029/0001-90**  
**NIRE: 32201720961**

e descarga. (CNAE 52.12-5-00); consultoria em tecnologia da informação. (CNAE 62.04-0-00); representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares. (CNAE 46.18-4-02); comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários. (CNAE 46.93-1-00); atividades de teleatendimento. (CNAE 82.20-2-00); atividades de enfermagem (CNAE 8650-0/01).

**Parágrafo 4** – A filial estabelecida na Rua Dois, s/n, Quadra 008, Lote 006, Galpão fundos, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, inscrito no CNPJ 05.343.029/0005-13, e NIRE 3290052400-2, exerce apenas atividade de depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 5211-7/99).

**Parágrafo 5** – Para as atividades de representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares; e representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado, destaca-se o capital de R\$ 10.000,00 (dez mil) reais.

**DO CAPITAL SOCIAL**

**Cláusula 9ª** - O Capital Social, que é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), dividido em 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional.

**Cláusula 10ª** - A titular não responderá de maneira subsidiária pelas obrigações sociais, e sua responsabilidade patrimonial perante a sociedade será limitada ao valor de suas quotas, conforme o artigo 49-A do Código Civil.

**DA ADMINISTRAÇÃO**

**Cláusula 11ª** - A Administração da Sociedade será exercida, indistinta, isoladamente e individualmente, pelos administradores não-sócios: Sr. **José Marcos Szuster**, e Sra. **Verônica Vianna Villaça Szuster**, que terão os poderes de administração geral dos negócios sociais, a saber:

- I - Abrir e movimentar contas bancárias, assinar e endossar cheques, requisitar talões de cheques, autorizar pagamentos, receber faturas, passar recibos e dar quitação;
- II - Firmar propostas, contratos e outros documentos relativos ao objeto social da sociedade;
- III - Representar a sociedade ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- IV - Emitir, endossar ou avalizar notas promissórias, letras de câmbio e duplicatas;
- V - Alienar ou onerar de qualquer forma os bens da sociedade, firmar contratos de locação, *leasing* ou compra de bens e serviços, bem como outros documentos que importem em ônus para a sociedade;
- VI - Nomear procuradores, em nome da sociedade, devendo ser especificados os fins de mandato.

**Parágrafo Primeiro** - Nos termos do artigo 1.061 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, fica permitida a alteração deste contrato para a nomeação de administradores não integrantes do quadro societário, desde que aprovada, pela titular.

15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELIA  
Rua do Ouvidor, nº 89, Centro, Rio de Janeiro/RJ - Fone: (21) 3233-2600

**MATERIALIZAÇÃO**

Certifico que a presente cópia corresponde a materialização do arquivo denominado **34 Alteracao - Medlevensohn.pdf** com tamanho de **1351**, criado em **06/06/2022** às **16:08:57** no formato PDF. Folha **5** de **8** impresso às **16:08:57**. Rio de Janeiro. **11/10/2022**

JOAO PAULO SOUZA CASTRO - ESCRIVENTE Nº 94-15743  
Enrolamento: R\$ 13,84 - T.J-Fundus: R\$ 5,7 - Total: R\$ 19,54  
Selo: EEHY11102-DSA - Consulte em <https://www.trj.jus.br/sitepublico>

088641ME311414



15º OFÍCIO DE NOTAS  
JOAO PAULO SOUZA CASTRO  
Escrivente  
nº 94-15743

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por JOAO PAULO SOUZA CASTRO, em terça-feira, 11 de outubro de 2022 16:31:58 GMT-03:00, CNS: 08.864-1 - 15º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro/RJ, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade).  
O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimto nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

**34ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**  
**MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS**  
**HOSPITALARES LTDA**

**CNPJ Nº 05.343.029/0001-90**  
**NIRE: 32201720961**

**Parágrafo Segundo** - É vedado aos administradores o uso da denominação social em negócios estranhos aos objetivos da Sociedade.

**Cláusula 12ª** - Os administradores terão o direito a retirada mensal, a título de *pró-labore*, cujo valor será livremente convencionado com a titular.

**Cláusula 13ª** - Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, à pena que vede, ainda temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**DO EXERCÍCIO SOCIAL**

**Cláusula 14ª** - O exercício social terá início em 01 de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano e, ao final de cada exercício, será levantado um balanço patrimonial e o balanço de resultados econômicos, sendo os lucros ou prejuízos verificados reinvestidos, distribuídos ou suportados, por deliberação da titular.

**Parágrafo Único** - Por decisão da titular, também poderão ser levantados os balanços parciais a qualquer tempo ao longo do exercício social, inclusive para distribuição dos lucros apurados no período.

**DAS DELIBERAÇÕES**

**Cláusula 15ª** - A titular deliberará, ordinariamente, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, nos termos do artigo 1.078 do Código Civil, sobre as destinações dos resultados financeiros, devendo proceder o levantamento do balanço patrimonial e demonstração de resultados econômicos referentes ao período, bem como proceder com as devidas averbações e registros. Poderá, a titular, decidir sobre toda e qualquer matéria relacionada ao objeto social da Sociedade, isoladamente, a qualquer tempo, sempre que os interesses sociais ou a lei exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - Toda e qualquer deliberação no âmbito da sociedade poderá ser realizada de forma presencial, semipresencial ou digital, inclusive permitindo a participação e votação por meio de plataforma digital durante a reunião, conforme decidido por sua titular, nos termos da legislação vigente.

**Parágrafo Segundo** - A titular concorda, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, em utilizar e reconhecer como válida qualquer forma de comprovação de anuência a eventuais termos ora acordados em formato eletrônico, ainda que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil.

**Cláusula 16ª** - As quotas sob propriedade da titular poderão ser alienadas, de qualquer modo e a qualquer título, gratuito ou oneroso, total ou parcialmente, a quaisquer terceiros, desde que sejam respeitadas eventuais regras internas da sociedade e procedidas as devidas alterações contratuais necessárias.



**34ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**  
**MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS**  
**HOSPITALARES LTDA**

**CNPJ Nº 05.343.029/0001-90**

**NIRE: 32201720961**

**Cláusula 17ª** - A sociedade somente será dissolvida por deliberação de sua titular, ou em caso de seu falecimento, caso os sucessores e herdeiros legais não desejem prosseguir com a sociedade, ou, então, em casos decorrentes de decisão de entidade governamental competente. Em todas as hipóteses, proceder-se-á a liquidação de seu ativo e passivo, devendo o remanescente do patrimônio social, se houver, ser atribuído a sua titular ou aos seus sucessores e herdeiros, em caso de falecimento.

***Parágrafo Único*** - Caberá a titular estabelecer o modo de liquidação, bem como nomear e/ou destituir o liquidante dentre pessoas físicas ou jurídicas de ilibada reputação residentes e domiciliadas no Brasil.

**Cláusula 18ª** - O contrato social será alterado, total ou parcialmente, por deliberação da Titular, exceto se a lei, ou este contrato social, requererem unanimidade na decisão.

***Parágrafo Primeiro*** - Os administradores da sociedade poderão realizar todos os atos necessários, de forma a resguardar esses direitos desta Cláusula junto aos seus empregados e contratados, conforme disposto no artigo 4º, §2º, da Lei 9.609, de 19 de fevereiro de 1998.

***Parágrafo Segundo*** - A sociedade e a titular deverão realizar todos os atos necessários para proceder ao registro dos bens imateriais junto aos órgãos competentes.

**Cláusula 19ª** - A regência supletiva da sociedade limitada dar-se-á pelas normas regimentais da Sociedade Anônima, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

**DOS CASOS OMISSOS E DO FORO**

**Cláusula 20ª** - Os casos omissos ou para qualquer demanda oriunda deste instrumento, serão regulados pelas disposições aplicáveis da legislação em vigor, ficando eleito o Foro da Cidade de Serra/ES, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para resolver quaisquer dúvidas ou litígios que dele se originarem.

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por estarem justos e contratados, as partes, assinam o presente instrumento por meio digital, para que produza todos os efeitos legais, declarando todas as partes expressamente aceitarem e reconhecerem como válida tal forma de assinatura para fins de comprovação de autoria e integridade do presente instrumento, podendo ser admitido como prova pelo Poder Judiciário, para todos os fins, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Serra/ES, 30 de Maio de 2022.

---

**Medlevensohn Participações Ltda**  
**José Marcos Szuster e Verônica Vianna Villaça Szuster**  
**Representantes**

GEN IVN  
ALE ID C  
SEN IVN

15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELIA  
Rua de Ouvidor, nº 89 - Centro, Rio de Janeiro/RJ - Fone (21) 3253-2600

**MATERIALIZAÇÃO**

Certifico que a presente cópia corresponde a materialização do arquivo denominado 34 Alteração - Medleyvpsohn.pdf com tamanho de 1351 criado em 06/08/2022 às 16:08:57 no formato PDF. Folha 7 de 8 Impresso às 10:08:57. Rio de Janeiro 11/10/2022

**Notas**

JOAO PAULO SOUZA CASTRO - ESCRIVENTE (Mat. 9435743)  
Emolumentos R\$ 12,84 - Taxa Fundos R\$ 5,7 - Total R\$ 18,54  
Selo EEHY14104-DCV - Consulte em <https://www3.rj.gov.br/sitepublico>

088641AE311416

10

15º OFÍCIO DE NOTAS  
Escritório  
Rua de Ouvidor, 89

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por JOAO PAULO SOUZA CASTRO, em terça-feira, 11 de outubro de 2022 16:31:58 GMT-03:00, CNS: 08.864-1 - 15º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro/RJ, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade).  
O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
26653915115	VERONICA VIANNA VILLACA SZUSTER
63379198749	JOSE MARCOS SZUSTER



CERTIFICO O REGISTRO EM 07/06/2022 16:04 SOB Nº 20220859345.  
PROTOCOLO: 220859345 DE 02/06/2022.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12207283539. CNPJ DA SEDE: 05343029000190.  
NIRE: 32201720961. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 30/05/2022.  
MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES  
LTDA



PAULO CEZAR JUFFO  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.simplifica.es.gov.br](http://www.simplifica.es.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>05.343.029/0001-90</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>25/09/2002</b>
NOME EMPRESARIAL <b>MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>MEDLEVENSOHN</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>33.14-7-02 - Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas</b> <b>46.18-4-02 - Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares</b> <b>46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente</b> <b>46.43-5-01 - Comércio atacadista de calçados</b> <b>46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano</b> <b>46.44-3-02 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário</b> <b>46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria</b> <b>46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal</b> <b>46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar</b> <b>46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente</b> <b>46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática</b> <b>46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças</b> <b>46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças</b> <b>46.89-3-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente</b> <b>49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional</b> <b>52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis</b> <b>52.12-5-00 - Carga e descarga</b> <b>52.50-8-04 - Organização logística do transporte de carga</b> <b>62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação</b> <b>62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R DOIS</b>	NÚMERO <b>S/N</b>	COMPLEMENTO <b>QUADRA 008 LOTE 008</b>
CEP <b>29.168-030</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CVMT I</b>	MUNICÍPIO <b>SERRA</b>
UF <b>ES</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>COMERCIAL@MEDLEVENSOHN.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(27) 3338-0756</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 20/10/2022 às 11:22:47 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>05.343.029/0001-90</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>25/09/2002</b>
NOME EMPRESARIAL <b>MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários</b> <b>77.39-0-02 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador</b> <b>77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador</b> <b>86.40-2-02 - Laboratórios clínicos</b> <b>86.40-2-99 - Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente</b> <b>86.50-0-01 - Atividades de enfermagem</b> <b>86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R DOIS</b>	NÚMERO <b>S/N</b>	COMPLEMENTO <b>QUADRA 008 LOTE 008</b>
CEP <b>29.168-030</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CIVIT I</b>	MUNICÍPIO <b>SERRA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>COMERCIAL@MEDLEVENSOHN.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(27) 3338-0756</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **20/10/2022** às **11:22:47** (data e hora de Brasília).

Página: **2/2**

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL  
MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA**

Página 1 de 1

**CNPJ - 43.687.090/0001-43  
Nire - 32202820986**

**JOSÉ MARCOS SZUSTER**, brasileiro, nascido em 14/05/1960, casado, pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado na Avenida Atlântica, nº 804, Apto 1101, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portador da carteira de identidade nº 03.684.168-2, expedida pela IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 633.791.987-49.

**VERÔNICA VIANNA VILLAÇA SZUSTER**, brasileira, nascida em 23/08/1965, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, assistente social, residente e domiciliada na Avenida Atlântica, nº 804, apto 1101, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portadora da carteira de identidade nº 24.834.394-9, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrita no CPF sob o nº 266.539.151-15.

Únicos sócios da sociedade limitada de denominação **MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA** devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob o NIRE de nº **32202820986** e inscrita no CNPJ de nº **43.687.090/0001-43** com sede na Rua Dois, S/N, Quadra 008, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030. Resolvem as partes **ALTERAR** o Contrato Social mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir:

**DO ENDEREÇO DA SEDE**

**Cláusula 1ª** - Altera-se o endereço da sede para Rua Dois, S/Nº, Quadra 08, Lote 08, Sala 02, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030.

**DA ADMINISTRAÇÃO**

**Cláusula 2ª** - Altera-se a forma da administração da empresa, para passa a ser da seguinte forma:

A administração da sociedade será exercida pelos sócios **José Marcos Szuster e Verônica Vianna Villaça Szuster** indistinta, isoladamente e individualmente, com poderes e atribuições de administradores, autorizado o uso do nome empresarial, ou por um procurador nomeado pelos administradores, com poderes específicos.

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 3ª** - Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas do contrato social. E, finalmente, os sócios resolvem consolidar o contrato social, que passa reger-se pelas seguintes cláusulas e condições:

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL  
MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA**

**CNPJ - 43.687.090/0001-43  
NIRE – 32202820986**

**JOSÉ MARCOS SZUSTER**, brasileiro, nascido em 14/05/1960, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado na Avenida Atlântica, nº 804, Apto 1101, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portador da carteira de identidade nº 03.684.168-2, expedida pela IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 633.791.987-49.

**VERÔNICA VIANNA VILLAÇA SZUSTER**, brasileira, nascida em 23/08/1965, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, assistente social, residente e domiciliada na Avenida Atlântica, nº 804, apto 1101, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portadora da carteira de identidade nº 24.834.394-9, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrita no CPF sob o nº 266.539.151-15.



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por JOAO PAULO SOUZA CASTRO, em quarta-feira, 19 de outubro de 2022 18:15:07 GMT-03:00, CNS: 08.864-1 - 15º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro/RJ, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade).  
O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL  
MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA**

CNPJ - 43.687.090/0001-43

Nire - 32202820986

Únicos sócios da sociedade limitada de denominação **MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA** devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob o NIRE de nº **32202820986** e inscrita no CNPJ de nº **43.687.090/0001-43** com sede na Rua Dois, S/Nº, Quadra 08, Lote 08, Sala 02, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, em virtude da alteração havida, resolveram os sócios dar nova nomenclatura às cláusulas do contrato social de constituição, consolidando-o em um único instrumento que passará a reger-se pelas cláusulas seguintes:

**DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE E DAS FILIAIS**

**Cláusula 1ª** – A Sociedade adota a denominação social de **MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA**.

**Cláusula 2ª** – A Sociedade tem sede na Rua Dois, S/Nº, Quadra 08, Lote 08, Sala 02, Civit I, Serra/ES, CEP: 29.168-030.

**Parágrafo Primeiro** - Por resolução dos sócios, poderá a sociedade abrir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos, dentro ou fora do território nacional, atribuindo-lhes capital autônomo para fins de direito.

**Parágrafo Segundo** - As filiais eventualmente abertas serão extintas nas seguintes hipóteses:

I- Ocorrendo a extinção do estabelecimento-sede;

II - Por unanimidade dos sócios representando o capital social da sociedade.

**DO OBJETO**

**Cláusula 3ª** – A sociedade tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócio, acionista ou quotista, atuando como "holding"

**Código da atividade:**

- Holdings de instituições não financeiras (CNAE 6462-0/00).

**DO PRAZO DE DURAÇÃO**

**Cláusula 4ª** – O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, iniciando-se as atividades após a data de assinatura deste contrato.

**DO CAPITAL SOCIAL**

**Cláusula 5ª** – O capital social é de R\$ 1.597.777,00 (um milhão, quinhentos e noventa e sete mil, setecentos e setenta e sete reais), dividido em 1.597.777 (um milhão, quinhentas e noventa e sete mil e setecentas e setenta e sete) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e a ser integralizado mediante a conferência dos bens descritos no anexo I, bem como em moeda corrente no valor de R\$ 9.777,00 (nove mil, setecentos e setenta e sete reais) pela sócia **Verônica Vianna Villaça Szuster**, sendo as quotas divididas entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIO	Nº DE QUOTAS	VALOR (R\$)	%
José Marcos Szuster	1.438.000	R\$ 1.438.000,00	90
Verônica Vianna Villaça Szuster	159.777	R\$ 159.777,00	10
<b>TOTAL -----</b>	<b>1.597.777</b>	<b>R\$ 1.597.777,00</b>	<b>100</b>

15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELA  
Rua do Ourador, nº 89 - Centro, Rio de Janeiro/RJ - Fone: (21) 3235-2800

**MATERIALIZAÇÃO**

Certifico que a presente cópia corresponde a materialização do arquivo denominado ~~doc.pdf~~ com tamanho de 574, criado em 19/10/2022 às 13:11:01 no formato PDF, Folha 2 de 10 impresso às 13:11:01 - Rio de Janeiro, 19/10/2022.

**Notas**

JOAO PAULO SOUZA CASTRO DE SOUZA - Matr. 94115743  
Emolumentos: R\$ 13,84 - IJ Fundos: R\$ 5,7 - Total: R\$ 19,54  
Selo: EEHZ96548-DYS - Consulte em <https://www3.tj.rj.jus.br/sitpublico>

068541 10100811



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por JOAO PAULO SOUZA CASTRO, em quarta-feira, 19 de outubro de 2022 18:15:07 GMT-03:00, CNS: 08.864-1 - 15º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro/RJ, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade).  
O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

**Parágrafo Primeiro** - A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 do Código Civil.

**Parágrafo Segundo** - No caso de aumento do capital social, os sócios terão direito de preferência na subscrição das novas quotas, na proporção de suas respectivas participações.

**Parágrafo Terceiro** - As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada uma dá direito a 1 (um) voto nas deliberações sociais.

**Parágrafo Quarto** - É vedado aos sócios, a qualquer título, total ou parcialmente, penhorar as quotas do Capital Social, caucioná-las, onerá-las, empenhá-las ou gravá-las.

### DA ADMINISTRAÇÃO

**Cláusula 6ª** – A administração da sociedade será exercida pelos sócios **José Marcos Szuster** e **Verônica Vianna Villaça Szuster** indistinta, isoladamente e individualmente, com poderes e atribuições de administradores, autorizado o uso do nome empresarial, ou por um procurador nomeado pelos administradores, com poderes específicos, conforme parágrafo primeiro, abaixo:

**Parágrafo Primeiro** - A sociedade poderá constituir procuradores para representá-la isoladamente, devendo, entretanto, o instrumento de mandato, conter a especificação dos poderes e o prazo de validade, que poderá ser determinado ou indeterminado, salvo no caso de procurações "ad judícia" que será sempre indeterminado.

**Parágrafo Segundo** - É expressamente vedado à sociedade prestar fiança ou aval, assumir favores e/ou obrigações estranhas aos seus objetivos e interesses sociais a pessoas e/ou empresas.

**Parágrafo Terceiro** – Incumbe aos administradores:

I - Representar a sociedade dentro das atribuições impostas pelos sócios;

II - Administrar os negócios sociais com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, representando a sociedade junto aos órgãos governamentais, repartições e autarquias, empresas públicas, privadas ou de economia mista, nas esferas federal, estadual ou municipal e cartórios de protestos em todas as suas secções;

III - Abrir, movimentar e encerrar quaisquer contas bancárias, depositar e retirar dinheiro, títulos e valores, assinar cheques, ordens de pagamento, requisições de cheques, saques, duplicatas, triplicatas, letras de câmbio, bem como quaisquer documentos atinentes às atividades normais da Sociedade;

**Parágrafo Quarto** - Os Administradores ficam dispensados de prestar garantias pelos atos de administração

**Parágrafo Quinto** - Os sócios, de comum acordo, declaram e aceitam com a previsão de constituição de conselho de administração

### DO DESIMPEDIMENTO

**Cláusula 7ª** - Os administradores, ora nomeados, declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de

**15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELA**  
Rua do Ouvidor, nº 89, Centro, Rio de Janeiro/RJ - Fone: (21) 3233-2800

**MATERIALIZAÇÃO**

Certifico que a presente cópia corresponde a materialização do arquivo denominado **doc.pdf** com tamanho de 574, criado em **19/10/2022 às 13:11:01** no formato PDF, Folha 3 de 10 impresso às **13:11:01**, Rio de Janeiro, **19/10/2022**.

**Notas**

JOAQ PAULO SOUZA CASTRO - ESCRIVENTE - Matr. 4415743  
Emolumentos: R\$ 13,84 - TJ+Fundos: R\$ 5,7 - Total: R\$ 19,54  
Selo: EEHZ98548-DOB - Consulte em <https://www3.tj.jus.br/efepublico>



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por JOAO PAULO SOUZA CASTRO, em quarta-feira, 19 de outubro de 2022 18:15:07 GMT-03:00, CNS: 08.864-1 - 15º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro/RJ, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimto nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem que foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou ainda crimes contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

### DA RETIRADA DE PRÓ-LABORE

**Cláusula 8ª** – Os administradores terão o direito a uma retirada mensal a título de "pró-labore", cujo valor será fixado e reajustado periodicamente por decisão dos sócios representando a maioria do capital social e que será levada à conta de despesas gerais da sociedade.

### DAS DELIBERAÇÕES

**Cláusula 9ª** – As deliberações sociais serão tomadas em reunião, as quais serão convocadas por quaisquer sócios.

**Cláusula 10ª** - Competirá aos sócios por unanimidade de votos, a deliberação sobre os assuntos abaixo elencados:

I - Deliberação sobre as demonstrações financeiras e a destinação do lucro líquido do exercício, quando houver;

II - A concessão de empréstimo aos sócios ou em nome da sociedade;

III - Constituição do conselho de administração da Sociedade e eleição de seus membros.

**Cláusula 11ª** - Competirá aos sócios, através de votos de pelo menos  $\frac{3}{4}$  (três quartos) da totalidade das quotas representativas do capital social, a deliberação sobre os assuntos abaixo elencados:

I - Desistir, concordar, transigir, quitar ou fazer acordo sobre quaisquer direitos ou obrigações que envolvam os interesses sociais;

II - Assumir em nome da sociedade quaisquer obrigações ou responsabilidades, desde que não envolva a concessão ou obtenção de empréstimos, podendo, para tanto, assinar quaisquer documentos ou contratos públicos ou particulares;

III - representar a sociedade junto a quaisquer instituições financeiras, estabelecimentos bancários, em todas as suas carteiras, bem como perante o Banco Central do Brasil e a Bolsa de Valores;

IV - Alteração do presente Contrato Social;

V - Fusão, cisão e incorporação;

VI - Nomeação de procuradores;

VII - Dissolução e cessação do estado de liquidação.

**Cláusula 12ª** - Dentro de 4 (quatro) meses a contar da data de encerramento do exercício social, os sócios reunir-se-ão em reunião ordinária a fim de:

I - Tomar as contas do administrador, examinar, discutir e deliberar sobre o balanço patrimonial

**15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELIA**  
Rua do Guidor, nº 89, Centro, Rio de Janeiro/RJ - Fone: (21) 3233-2600

**MATERIALIZAÇÃO**

Certifico que a presente cópia corresponde a materialização do arquivo denominado **doc.pdf** com tamanho de **574**, criado em **19/10/2022** às **13:11:01** no formato **PDF**. Folha 4 de 10 impresso às **13:11:01**, Rio de Janeiro, **19/10/2022**.

**Notas**

JUÃO PAULO SOUZA CASTRO - ESCRIVENTE - Matr. nº 16743  
Emolumentos: R\$ 13,84 - T.J. Fundos: R\$ 5,7 - Total: R\$ 19,54  
Selo: EEH298550-DPY - Consulte em <https://www3.trj.jus.br/sitepublico>

088641100100013



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por JOAO PAULO SOUZA CASTRO, em quarta-feira, 19 de outubro de 2022 18:15:07 GMT-03:00, CNS: 08.864-1 - 15º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro/RJ, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade).  
O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

correspondente ao exercício social encerrado, com exoneração de responsabilidade do administrador da sociedade, na hipótese de aprovação, sem ressalva, dos documentos;

II - Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado;

III - Designar, se necessário, novo administrador, fixando-lhe a respectiva remuneração.

**Parágrafo Primeiro** - Cada quota dará a seu titular o direito a 1 (um) voto nas decisões sociais.

**Parágrafo Segundo** - As atas de reuniões de sócios serão lavradas em livro próprio, assinadas pelos presentes e levadas ao registro no prazo de até 20 (vinte) dias de sua realização.

**Parágrafo Terceiro** - Quaisquer sócios poderão fazer-se representar nas reuniões por outro sócio ou por procuradores devidamente autorizados por procuração ou por carta, telegrama, e-mail ou fac-símile que indique tal representação.

### DO EXERCÍCIO SOCIAL

**Cláusula 13ª** O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, data em que será levantado o balanço geral. A sociedade deverá preparar e submeter aos sócios, balanços semestrais ou em períodos menores, podendo, com base nesses balanços:

I - Declarar e distribuir os lucros apurados, lucros acumulados ou reservas de lucro existentes;

II - Manter os referidos lucros apurados em conta de lucros em suspenso; ou

III - Destiná-los ao aumento de capital.

**Parágrafo Único** - Os lucros serão distribuídos proporcionalmente às respectivas participações, permitida, no entanto, a distribuição desproporcional por decisão unânime de Sócios.

### DA SESSÃO DE QUOTAS

**Cláusula 14ª** - Exceto em caso de doação, a alienação de quotas da sociedade somente será feita, obedecendo aos seguintes critérios:

I - Prioridade para aquisição pela própria sociedade;

II - Aquisição por demais Sócios.

**Parágrafo Primeiro** - É vedado qualquer tipo de alienação a terceiros, estranhos à linha direta de sucessão familiar dos atuais sócios, a qualquer tempo, sob pena de ser considerada nula, aplicando-se as regras previstas nos parágrafos a seguir, priorizando-se sempre o "*intuitu personae*"

**Parágrafo Segundo** - Os sócios que desejarem alienar suas quotas comprometem-se a respeitar o direito de preferência nos termos acima previstos, de forma a resguardar a sociedade e os demais sócios, em igualdade de condições com o adquirente. A preferência incidirá em qualquer forma de sucessão, cessão, transferência, alienação ou oneração direta ou indireta das quotas e os direitos a elas inerentes, bem como subscrição de novas quotas.

**Parágrafo Terceiro** - Na hipótese de quaisquer sócios desejarem praticar qualquer forma de



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por JOAO PAULO SOUZA CASTRO, em quarta-feira, 19 de outubro de 2022 18:15:07 GMT-03:00, CNS: 08.864-1 - 15º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro/RJ, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade).  
O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

alienação de parte ou totalidade de sua participação societária na sociedade e/ou os direitos que detém em função da referida participação, deverá notificar, por escrito, os demais sócios (Notificação de Oferta) especificando:

I - A quantidade de quotas ofertadas, além do percentual do capital social da sociedade que elas representam;

II - Os termos, o preço e as demais condições de pagamento.

**Parágrafo Quarto** - Os sócios terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Notificação de Oferta, para manifestarem-se, por escrito, e especificando a parcela da participação que pretendem adquirir.

**Parágrafo Quinto** - As quotas sobre as quais não for exercido o direito de compra deverão ser ofertadas novamente aos demais Sócios, mediante a citada notificação de oferta, tendo os sócios mais 30 (trinta) dias, a contar de seu recebimento, para se manifestarem. A aceitação, nos termos deste parágrafo, terá caráter irrevogável, sendo que o descumprimento destas obrigações possibilitará à sociedade considerar o ato nulo.

**Parágrafo Sexto** - Caso quaisquer dos sócios confirmem sua intenção de adquirir as quotas ofertadas, a aceitante terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da aceitação, para exercer o seu direito de preferência, efetuando o pagamento do preço ou de parcela deste, de acordo com o que estiver estipulado na Notificação de oferta. Nesta ocasião, serão transferidas ao Sócio aceitante as quotas que tiver adquirido ou será repetido o processo em relação à sociedade.

**Parágrafo Sétimo** - Fica desde já estabelecido que a falta de manifestação a respeito da Notificação de Oferta, dentro do prazo acima estabelecido, presume, para todos os efeitos, renúncia irrevogável e irretroatável ao exercício do direito de preferência, ficando caracterizada a falta de interesse na aquisição das quotas. Caso seja verificada esta hipótese, deverá ser operada a apuração dos haveres do sócio ofertante, na qualidade de sócio dissidente, aplicando-se as regras previstas na Cláusula 18ª e parágrafos, abaixo.

**Parágrafo Oitavo** - O valor das quotas, na negociação entre o sócio alienante e os demais sócios ou a sociedade, será o valor de mercado apurado em avaliação feita por empresa especializada.

**Parágrafo Nono** - Para os fins do Parágrafo Oitavo desta Cláusula 14ª, será contratada 1 (uma) entre 3 (três) empresas com expertise comprovada, de comum acordo entre os Sócios, para apurar o valor da participação do Sócio dissidente.

**Parágrafo Décimo** - Será nula de pleno direito, não produzindo qualquer efeito válido, a oferta ou a alienação de participações societárias que não atendam ao disposto nos parágrafos acima.

### DA SUCESSÃO E DA APURAÇÃO DE HAVERES

**Cláusula 15ª** - O falecimento, ausência, retirada, exclusão ou incapacidade de quaisquer sócios não dissolverá a sociedade, prosseguindo esta com os demais sócios. Ocorrendo qualquer das situações aqui previstas com quaisquer sócios ou sub-rogação forçada nos direitos às quotas, somente serão admitidos ao convívio social, sucessores, sociedades coligadas ou controladas diretas, sendo expressamente proibida a admissão de cônjuges, companheiros, ex-cônjuges, ex-companheiros, novos controladores, síndicos, liquidantes ou qualquer terceiro, seja pessoa natural ou jurídica.

15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELIA  
Rua do Guvidor, nº 89, Centro, Rio de Janeiro/RJ - Fone: (21) 3233-2600

**MATERIALIZAÇÃO**

Certifico que a presente cópia corresponde a materialização do arquivo denominado *doc.pdf* com tamanho de 574, criado em 19/10/2022 às 13:11:01 no formato PDF. Folha 8 de 10 impresso às 13:11:01 - Rio de Janeiro 19/10/2022.

**Notas**

JOAO PAULO SOUZA CASTRO - ESCRIVENTE - Matr. 94.16743  
Emolumentos: R\$ 13,84 - TJ+Fundos: R\$ 5,7 - Total: R\$ 19,54  
Selo: EEHZ9652-DQH - Consulte em <https://www3.trfj.us.br/sitepublico>



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por JOAO PAULO SOUZA CASTRO, em quarta-feira, 19 de outubro de 2022 18:15:07 GMT-03:00, CNS: 08.864-1 - 15º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro/RJ, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade).  
O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimto nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

**Parágrafo Primeiro** - Somente serão admitidos ao convívio social novos sócios, caso os sócios representando  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social, em reunião de sócios, os aceitem. Os sócios, quando excluídos, farão jus aos pagamentos de seus haveres, sendo utilizado como parâmetro

o valor do patrimônio líquido constante do último balanço geral. Para apuração dos haveres e dos pagamentos deverão ser observados os termos dos Parágrafos Oitavo e Nono da Cláusula 14ª e Parágrafos Segundo e Terceiro desta Cláusula 18ª, respectivamente.

**Parágrafo Segundo** - Na hipótese de falecimento, impedimento ou incapacidade de quaisquer Sócios ou, ainda, de sub-rogação forçada nos direitos às quotas, incorrendo nas regras onde há vedação expressa na admissão de novos sócios, serão estes excluídos da sociedade mediante alteração contratual, tendo seus direitos e haveres apurados com base nos Parágrafos Oitavo e Nono da Cláusula 14ª, acima, os quais serão pagos no prazo máximo de 120 (cento e vinte) meses, em parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após o evento e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

**Parágrafo Terceiro** - O prazo mencionado acima poderá ser reduzido desde que, a situação financeira da sociedade assim comporte, verificando-se a disponibilidade de caixa e, ainda, mediante determinação de sócios representando 90% (noventa por cento) do capital social.

#### DA RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO A UM SÓCIO

**Cláusula 16ª** - Na vigência deste contrato, ocorrendo impedimento ou incapacidade de quaisquer sócios, que comprometa o desenvolvimento da sociedade, será este excluído da Sociedade mediante a alteração contratual, sendo seus direitos e haveres pagos na forma descrita nas cláusulas anteriores.

**Cláusula 17ª** - Será expressamente admitida exclusão de sócio, por justa causa, na hipótese de prática de atos contrários aos interesses da sociedade ou por violação de cláusulas contratuais, sem prejuízo das demais formas de exclusão previstas na legislação específica, por deliberação de Sócios representando a maioria do capital social.

**Parágrafo Primeiro** - Caberá à reunião de sócios, especialmente convocada para este fim, deliberar sobre a caracterização da justa causa, fixando as condutas e/ou atos de inegável gravidade e periculosidade, os quais colocam em risco a continuidade da empresa e a consecução dos seus objetivos sociais.

**Parágrafo Segundo** - Será dado ao sócio acusado, ciência da data, horário e local da reunião que deliberará pela sua exclusão, conferindo-o o direito de defesa e contraditório.

**Parágrafo Terceiro** - Os haveres do sócio excluído serão apurados e pagos na forma dos Parágrafos Oitavo e Novo da Cláusula 14ª e Parágrafos Segundo e Terceiro da Cláusula 15ª, respectivamente, ressalvando-se o direito de retenção dos haveres para garantia de atos imputáveis ao excluído.

**Parágrafo Quarto** - Para fim de definição de prática de atos contrários aos interesses da Sociedade ou por violação de cláusulas contratuais, entende-se:

- I - Não observação das disposições contidas neste Contrato Social;
- II - Cometer falta grave no cumprimento de suas obrigações perante a sociedade;
- III - Deixar de agir com lealdade e diligência, inclusive desviando ou permitindo o desvio de bens ou recursos da sociedade para uso próprio ou de terceiros ou qualquer outro tipo de fraude;

15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELIA  
Rua do Ouvidor, nº 89, Centro, Rio de Janeiro/RJ - Fone: (21) 3233-2800

**MATERIALIZAÇÃO**

Certifico que a presente cópia corresponde a materialização do arquivo denominado doc.pdf com tamanho de 574, criado em 19/10/2022 às 13:11:01 no formato PDF. Folha 7 de 10 impresso às 13:11:01 Rio de Janeiro, 19/10/2022.



**Notas**

JOAO PAULO SOUZA CASTRO ESCRIVENTE Matr. 08.35.243  
Empolumentos R\$ 13,84 - Luí Fundas R\$ 5,7 - Total R\$ 19,54  
Selo: EEHZ96553-DXM - Consulte em <https://www3.trj.jus.br/sitepublico>

08864119100016

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por JOAO PAULO SOUZA CASTRO, em quarta-feira, 19 de outubro de 2022 18:15:07 GMT-03:00, CNS: 08.864-1 - 15º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro/RJ, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL  
MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA**

Página 8 de 10

**CNPJ - 43.687.090/0001-43  
Nire - 32202820986**

- IV** - Concorrer, sob qualquer forma, com a sociedade;
- V** - Criar, incorrer, assumir ou permitir a existência de quaisquer gravames sobre as quotas;
- VI** - Ser condenado judicialmente, com trânsito em julgado, mesmo em instância singular, pela prática de quaisquer crimes doloso e/ou hediondo;
- VII** - Adotar comportamento impróprio e/ou inadequado perante funcionários, clientes, parceiros ou fornecedores da sociedade;
- VIII** - Praticar atos que a lei ou a jurisprudência venham a considerar como justa causa para exclusão de sociedades.

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Cláusula 18ª** - É vedado aos sócios a prestação de fianças e avais ou qualquer outra garantia real ou fidejussória, que envolvam de qualquer forma as quotas representativas do capital social da sociedade, ficando ditas quotas, desde já, gravadas com as cláusulas de incomunicabilidade e impenhorabilidade.

**DO FORO**

**Cláusula 19ª** - Para todas as questões oriundas deste Contrato Social, fica desde já eleito o foro da Cidade de Serra/ES, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Em por fim, os sócios, assinam eletronicamente o presente instrumento, em uma única via.

Serra/ES – 13 de Dezembro de 2021

\_\_\_\_\_  
**JOSÉ MARCOS SZUSTER**  
Sócio Administrador

\_\_\_\_\_  
**VERÔNICA VIANNA VILLAÇA SZUSTER**  
Sócio Administrador

\_\_\_\_\_  
**AMANDA LACERDA TAVORA SCIPION**  
Advogada – OAB/RJ – Nº 162.474



ANEXO I - RELAÇÃO DE BENS

Por José Marcos Szuster:

I - 1.350.000 (um milhão, trezentas e cinquenta mil quotas), no valor correspondente a R\$ 1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta reais), da sociedade **Medlevensohn Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda**, CNPJ 05.343.029/0001-90, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, sob o nº 32201720961, com sede na Rua Dois, S/Nº, Quadra 08, Lote 08, Civit I, Serra/ES, CEP: 29.168-030.

II - 88.000 (oitenta e oito mil) quotas, no valor correspondente a R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), da empresa **Leve Saudável Shopping Ltda**, com sede na Rua Dois, S/Nº, Quadra 008, Lote 008, Sala 005, 1º andar, Civit 1, Serra/ES, CEP 29168-030, inscrita na Junta Comercial do Espírito Santo sob NIRE 32.6.0008919-0 e no CNPJ/ME sob nº 25.346.626/0001-85.

Por Verônica Vianna Villaça Szuster:

I - 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas, no valor correspondente a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), da sociedade **Medlevensohn Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda**, CNPJ 05.343.029/0001-90, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, sob o nº 32201720961, com sede na Rua Dois, s/n, Quadra 08, Lote 08, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030.





## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MEDLEVENSOHN PARTICIPACOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
10674111788	AMANDA LACERDA TAVORA SCIPION
26653915115	VERONICA VIANNA VILLACA SZUSTER
63379198749	JOSE MARCOS SZUSTER



CERTIFICO O REGISTRO EM 21/12/2021 17:51 SOB Nº 20211441732.  
PROTOCOLO: 211441732 DE 21/12/2021.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12109304258. CNPJ DA SEDE: 43687090000143.  
NIRE: 32202820986. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 13/12/2021.  
MEDLEVENSOHN PARTICIPACOES LTDA



PAULO CEZAR JUFFO  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.simplifica.es.gov.br](http://www.simplifica.es.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>		
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>43.687.090/0001-43</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>28/09/2021</b>
NOME EMPRESARIAL <b>MEDLEVENSOHN PARTICIPACOES LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R DOIS</b>	NÚMERO <b>S/N</b>	COMPLEMENTO <b>QUADRA08 LOTE 08 SALA 02</b>
CEP <b>29.168-030</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CIVIT I</b>	MUNICÍPIO <b>SERRA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>COMERCIAL@MEDLEVENSOHN.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(27) 3338-0756</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>28/09/2021</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **20/10/2022** às **11:24:59** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDIS

2129853689

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2129853689

PROIBIDO PLASTIFICAR

2129853689

JOSE MARCOS SZUSTER

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
0368416821FPRJ

CPF  
633.791.987-49

DATA NASCIMENTO  
14/05/1960

FILIAÇÃO  
PEYSACH SZUSTER  
RACHEL SZUSTER

PERMISSAO ACC CAT. HABIL  
AB

Nº REGISTRO 00052907687 VALIDADE 09/03/2026 1ª HABILITACAO 12/07/1978

OBSERVAÇÕES

A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL RIO DE JANEIRO, RJ DATA EMISSAO 12/03/2021

ASSINATURA DO EMISSOR

4110551743B  
RJ660294575

RIO DE JANEIRO

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por JOAO PAULO SOUZA CASTRO, em quinta-feira, 13 de outubro de 2022 16:18:40 GMT-03:00, CNS:08.864-1 - 15º Ofício de Notas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro/RJ, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimto nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de mandato, a **MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.343.029/0001-90, com sede na Rua Dois, s/n, quadra 008, lote 008, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, neste ato representada por seu sócio diretor **JOSÉ MARCOS SZUSTER**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG 03684168-2 e inscrito no CPF sob o nº 633.791.987-49, nomeia e constitui como suas bastante procuradoras, **AMANDA LACERDA TAVORA SCIPION**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RJ sob o nº 161.474 e **ANNELIZA ARGON VIEIRA DOS SANTOS**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RJ sob o nº 235.642, com **PODERES** para participar de licitações em geral, pregões eletrônicos ou presenciais, apresentar impugnações, recursos em geral, pedidos de esclarecimento, bem como, notificar, poderes de cláusula *ad judicium* e *extra*, para todas as instâncias, esferas e tribunais, podendo para tanto habilitar, peticionar, defender e atuar nos processos administrativos em interesse do **OUTORGANTE**, solicitar cópias, vistas dos processos, requer o que for preciso, solicitar informações, tudo visando o bom e fiel cumprimento do presente mandato, podendo, inclusive, substabelecer.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2022.

VERONICA VIANNA  
VILLACA  
SZUSTER:26653915115

Assinado de forma digital por  
VERONICA VIANNA VILLACA  
SZUSTER:26653915115  
Dados: 2022.10.14 17:19:30  
-03'00'

**MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES  
DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**  
Verônica Vianna Villaça Szuster  
RG 24.834.394-9  
CPF/MF 266.539.151-15



## RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO - PREGÃO E 105/2022 - MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

"Rosangela de Lima" <rosangela.lima@taboaodaserra.sp.gov.br>

29 de novembro de 2022 12:32

Para: "Thiago Rosario" <thiago.rosario@taboaodaserra.sp.gov.br>

Cc: "Juliana Csantos" <juliana.csantos@taboaodaserra.sp.gov.br>

Boa tarde

Segue resposta á impugnação da empresa MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Trata-se de análise acerca da IMPUGNAÇÃO ao Edital Pregão Eletrônico n. E-105/2022, tipo menor preço por lote, pelo Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, descrito e especificado no Termo de Referência, conforme especificações constantes do Anexo I, intentada pela empresa MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Aduz, em sua impugnação, que os itens agrupados em LOTE, da forma como descritos no referido edital, restringem a participação de maior número de empresas, motivo pelo qual sugere a revisão do edital e o desmembramento do mesmo.

A Administração deste Município, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial busca sempre confeccionar editais com base nas solicitações elaboradas pelas Secretarias Municipais, que são diretamente responsáveis pela gerência das compras, as quais devem definir de maneira precisa o que realmente contempla o interesse público, verificando-se ainda sua conformidade com os ditames legais. Os editais devem sempre buscar a proposta mais vantajosa e evitar a redução do universo de participantes do procedimento licitatório, preservando, portanto, o referido interesse público.

Ocorre que, se por um lado, a Administração não pode restringir em demasia o objeto a ser contratado sob pena de frustrar a competitividade, por outro, não podemos definir o objeto de forma excessivamente ampla, podendo, neste caso, os critérios para julgamento das propostas falecerem, em virtude de a própria administração admitir propostas díspares, inclusive as que não satisfazem ao interesse público.

Assim podemos concluir que a definição do objeto da licitação pública e as suas especificidades são discricionárias, competindo ao agente administrativo avaliar o que o interesse público demanda obter mediante a aquisição.

No presente caso, a Administração, lançando-se do poder discricionário, permitiu que para o certame em referência seja prosseguido por lote, contendo os itens agrupados. Não entendemos que o agrupamento de diversos itens em um lote irá comprometer a competitividade do procedimento. Acreditamos inclusive que tal agrupamento irá resultar em considerável ampliação da competitividade, pois os valores se tornarão mais atraentes aos proponentes, devendo assim aumentar a probabilidade de que a Administração venha a celebrar contratos mais vantajosos, tendo em vista que ela receberá mais propostas, beneficiando a eficiência dos contratos administrativos.

A Administração, com essa decisão justificada, visa aumentar o desconto oferecido pelas empresas licitantes devido ao ganho de escala no fornecimento de todas as peças licitadas, bem como facilitar e otimizar a gestão do contrato, pois caso os itens sejam divididos entre vários licitantes, qualquer atraso por parte de qualquer um deles poderá comprometer todo o planejamento de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos desta Administração. Importante salientar ainda que esta Administração pretende adquirir produtos que no seu contexto geral são da mesma natureza, tendo a certeza que aglutinando os itens em lotes distintos poderá gerar aos licitantes ganhadores uma maior economia de escala que, certamente, será traduzida em menores preços em sua proposta global.

Sobre este tema, podemos citar a obra "Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos", vários autores, da editora Malheiros, na página 74, o seguinte trecho:

"(...) em geral, a economia de escala é instrumento fundamental para diminuição de custos. Quanto maior a quantidade a ser negociada, menor o custo unitário, que em decorrência do barateamento do custo da produção (economia de escala na indústria), quer porque há diminuição da margem de lucro (economia de escala geralmente encontrada no comércio)".

A própria Lei Federal n.º 8.666/93 garante a possibilidade de utilizar o menor valor global como critério, nos seguintes termos:

"Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

(...)

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48". Corrobora do entendimento supramencionado, em julgado, o Tribunal de Contas da União, quando decidiu pelo indeferimento de pedido de divisão do objeto licitado em itens, por considerar que a reunião do objeto em um único item, desde que devidamente justificada pela área demandante ou pelo pregoeiro, afasta a possibilidade de restrição indevida à competitividade. (Acórdão 1.167/2012 - TC 000.431/2012-5 - TCU - Plenário - Relator: José Jorge).

Essa mesma Corte se pronunciou através do Acórdão nº 732/2008, no seguinte sentido:

" ... a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto".

Dessa forma, verifica-se que o entendimento do Tribunal de Contas tem sido o de que a divisão do objeto em itens distintos deve ser auferida sempre no caso concreto, devendo ser aplicada a opção mais vantajosa para a Administração Pública, desde que não haja restrição à competitividade. Assim, dentro da competência discricionária que é assegurada à Administração, optou-se por adotar o critério de julgamento e divisão por lotes, que se reputa mais ajustado às necessidades e eficiência administrativas no presente caso.

Sendo assim, diante do exposto, deve a presente impugnação ser julgada INDEFERIDA, por todos os fatos e argumentos contidos nas razões de julgamento.

Aproveito a oportunidade para renovar os votos de estima, colocando-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas acerca da questão.

Taboão da Serra, 24 de novembro de 2022.

-- Rosângela de Lima

Prefeitura Municipal de Taboão da Serra

Saúde

Contatos: (11) 4701-0110



**ALPHA**  
Comercial Hospitalar

À

**Prefeitura Municipal de Taboão da Serra**

**Pregão Eletrônico: nº 105/2022**

**Processo Administrativo: nº 30569/2022**

**Objeto: Registro De Preços Para A “Aquisição Parcelada De Material Médico Hospitalar”.**

Alpha Comercial Hospitalar Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº41.073.251/0001-83, com sede na Rua Av. Andrade Neves, nº 295 - Sala 114, Centro - Campinas/SP- Cep 13.013-160, vem, respeitosamente, à presença de V. Sa., com fundamento na Lei Federal de Licitações nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, para interpor:

### **PRELIMINAR DE IMPUGNAÇÃO**

Pelos motivos de fato e de direito adiante declinados, requerendo ao Excelentíssimo(a) Presidente da comissão Permanente de Licitações que a receba no efeito suspensivo, isto é, adie a data de realização do certame em referência, previamente fixada para o dia 30/11/2022, até o julgamento final da presente impugnação.

#### **I – AGLUTINAÇÃO DOS ITENS:**

A ora pretende participar do certame em referência que tem por objeto: Registro De Preços Para A “Aquisição Parcelada De Material Médico, que ficam fazendo parte integrante do presente edital.

Todavia, quando da análise do instrumento convocatório e termo de referência, constatamos que os itens foram aglutinados, ou seja, à aquisição se dará por **MEIO DE LOTES**.

Sendo assim, apenas as empresas que comercializam todos os itens do lote poderão participar, afetando a competitividade do certame e, conseqüentemente, onerando o erário público.

Dessa forma, as empresas que não comercializam TODOS estes itens não poderão participar do certame, DEVIDO AO LOTE, nesse sentido, à administração deverá rever a forma em que se dará a aquisição pretendida, de modo a desmembrar os lotes e propiciando maior competitividade e concorrência.

#### **II – ANÁLISE DOS ITENS PARA IMPUGNAÇÃO:**

Também, cabe mencionar do direcionamento dos itens, e principalmente dos altos valores estimados:

**Descritivo do Edital – Item 3, do lote 64: CURATIVO DE CARVAO ATIVADO E ALGINATO**

O item em questão está direcionado para a marca Convatec, pois apenas tal marca possui “CARVAO ATIVADO E ALGINATO”

CARBOFLEX®  
LINHA WC - CURATIVOS

## CarboFlex®

Curativo não adesivo, estéril de carvão ativado, altamente absorvente e com controle de odor. Composto por uma camada absorvente de contato com a lesão de alginato de cálcio e sódio e carboximetilcelulose sódica, uma almofada central de carvão ativado em dupla lâmina com grande superfície para adsorção de odor e na face externa uma camada para revestimento impermeável a água.  
Registro ANVISA nº: 80523020013.



código SAP	código internacional	Apresentação	Unidade Caixa
1197965	403202	10 x 10 cm	10
1197966	403203	8 x 15 cm (Oval)	5

Além do direcionamento do descritivo, há que se falar do exorbitante valor estimado, a administração possui como valor estimado para a unidade do item o valor de R\$ 107,58, o que é um absurdo, quando em uma simples pesquisa na internet conseguimos observar que o valor real de mercado está bem abaixo. Vejamos:

64	055.00071.0101-01	CURATIVO DE CARVAO ATIVADO E ALGINATO	600	UN	107,58	18,00
----	-------------------	---------------------------------------	-----	----	--------	-------

Google carboflex convatec

Shopping

Ordernar por: Relevância

Preço

- Até R\$ 40
- R\$ 40 – R\$ 150
- R\$ 150 – R\$ 400
- R\$ 400 – R\$ 800
- Acima de R\$ 800

RS Min - RS Máx

Marca

- ConvaTec
- Coloplast
- John Deere
- Carborundum
- Vix Brasil

Frete e devoluções

- Devolução gratuita

Avaliação do produto

★★★★★ 4 ou mais

Mais

Vendedor

- AmericanPharma/Whole...
- Paramédico - Material ...
- Suprevida

Anúncios - Ver carboflex convatec

10 UNIDADES

Curativo Carboflex 10 X 10 cm - Convatec

R\$ 655,99

Suprevida

REDUÇÃO NO PREÇO

05 UNIDADES

Curativo Carboflex (Oval) 8 X 15 cm - Convatec

R\$ 240,00

Suprevida

Custava R\$ 578,47

Curativo Convatec CarboFlex Carvão Ativado Alginato de...

R\$ 568,10

Vitae Saúde

Curativo Carboflex 10cmx10cm 10 Un 403202 Convatec

R\$ 60,77

Mercado Livre

Carboflex Convatec

R\$ 66,16

Casa Médica

PROMOÇÃO

Curativo Controlador de Odor com Carvão Ativado...

R\$ 55,99

Fibra Cirúrgica

Sobre esses resultados

Curativo Carboflex Marca: Convatec Tamanho: 10x10 Preço por Unidade Imagem ...

R\$ 78,40

cirurgicalucena.com.br

Entrega de R\$ 30,00

Carboflex Curativo Para Controle De Odor 10Cm X 10Cm - Convatec

R\$ 57,95

Ci Care Hospitalar

Entrega grátis e devolução grátis e...

Curativo Carboflex Carv.ativado 10x10cm - Convate (unidade) Convatec

R\$ 66,00

Mercado Livre

Frete não incluído

Carboflex Convatec

R\$ 66,16

Casa Médica

Frete não incluído

Descritivo Sugerido para: – Item 64, do lote 3: CURATIVO DE CARVAO ATIVADO10X10CM.

### III – DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

Alpha Comercial Hospitalar Ltda

Endereço: Av. Andrade Neves, nº 295 - Sala 114, Centro - Campinas/SP- Cep 13.013-160

CNPJ: 41.073.251/0001-83 / Inscrição Estadual: 122.490.429.111

E-mail: comercial@alpha.campinas.br - Fone: (19) 9.9228-9088

A Lei Federal 8.666/93 coíbe a exigência de condições que prejudiquem a competição, conforme apontado no artigo 3º, parágrafo 1º, inciso I, e a manutenção do edital na forma em que se encontra viola flagrantemente o diploma legal.

*“Lei 8666/93*

*Art. 3º ...*

*“§ 1º É vedado aos agentes públicos:*

*I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências e distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;”*

Nesse sentido é o ensinamento publicado no periódico ILC – Informativo de Licitações e Contratos, sob a referência 960/93/NOV/2001, na seção Pergunta e Resposta, intitulada Ato convocatório – Elaboração – Limites da atuação da Administração.

*“Em relação ao objeto, o legislador, ao definir a regra do inciso I do art. 40, revelou absoluta cautela ao se referir ao objeto. Diz ele que o objeto deve ser descrito de forma clara e sucinta. É evidente que não seria tolerável uma descrição obscura e capaz de tornar incompreensível o objeto desejado pela Administração. Por outro lado, pretendeu-se também evitar que a descrição fosse minuciosa a ponto de reunir certas características que só pudessem ser atendidas por um produto. O adjetivo sucinto tem a finalidade de evitar que tal direcionamento ocorra.”*

Assim, indicações em limites excessivos, sem a justificativa técnica plausível, são consideradas impertinentes, tornando ilícita sua exigência, maculando não só o instrumento convocatório, como todo o procedimento e o contrato dele decorrente, pois que não se relacionam com o interesse público, violando dentre outros princípios, o da razoabilidade, economicidade e probidade, coibindo a livre concorrência.

Também a doutrina comunga da mesma opinião:

*“Em toda e qualquer licitação, é obrigatória a definição precisa e clara do objeto. Mas essa exigência apresenta importância ainda maior no caso do pregão.*

*Como o Pregão destina-se apenas à contratação de bens e serviços “comuns”, é indispensável que o edital estabeleça os requisitos objetivos e padronizados de identificação do objeto. Ou seja, existe contradição entre o conceito de “objeto comum” e a formulação de minuciosas e especiais exigências. Justamente porque se trata de um bem ou serviço comum, presume-se que a descrição é simples, fácil e sumária (...)*

Em se tratando de bem ou serviço comum, basta indicar genericamente as características, remetendo-se aos padrões usuais adotados pelo mercado ou em regras técnicas de padronização.

Em última análise, a natureza do objeto comum conduz à possibilidade de descrição simples e sumária.” (JUSTEN FILHO, MARÇAL; Pregão (Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico); 4ª Ed.; Ed. Dialética; p. 69/70).

Como bem ensina o Douto Professor Marçal, além da ofensa aos princípios do processo licitatório, a exigência minuciosa dos descritivos ofende o conceito de “objeto comum”, que é uma das características principais da modalidade Pregão.

Em relação ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, primeiramente, colaciono um julgado a respeito do excesso de especificidade na descrição dos itens:

“2.3 Em relação às especificações dos produtos, considero procedente a impugnação neste aspecto.” “Em que pese a possibilidade de a Administração, no exercício de sua competência discricionária, buscar a aquisição de produtos de melhor qualidade, indicando, por isso, as especificações desejadas, estas devem se ater aos limites das qualidades mínimas necessárias para identificar o produto ou serviço, de forma a facilitar sua busca no mercado, garantindo a competitividade do certame.” “É que a Lei nº 10.520/02 veda especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, frustrem o caráter competitivo do certame, a teor do seu artigo 3º, II.” “De igual forma, a Lei de Licitações, de aplicação subsidiária, em seu artigo 7º, § 5º, proíbe a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, excepcionando os casos tecnicamente justificáveis, o que não ocorreu no caso, ante a ausência de apresentação de quaisquer justificativas técnicas para as especificações eleitas dos itens apontados na Representação.” “Neste sentido são as decisões proferidas nos TC000059.989.13-7, TC-000065.989.13-9 e TC-000071.989.13-9, TC-000928.989.14-4 e TC-000941.989.14-7, TC-003822.989.14- 1, TC-003882.989.14-8.”

Conforme julgado do E. TCESP, não é possível olvidar de que as especificações excessivas frustram o caráter competitivo do certame.

Agora, referente ao agrupamento de itens em lotes:

*“Licitação instaurada para Registro de Preços visando ao fornecimento de medicamentos diversos. Em sua manifestação, a despeito de reconhecer a impossibilidade de participação direta de laboratórios, a Administração apenas admite a necessidade de segregação de dois itens, em razão da exclusividade de fabricação dos mesmos. Sugere, assim, a manutenção dos demais fármacos “nos respectivos lotes para que os produtos menos comercializados não sejam fracassados”. **Tal alegação não configura fundamento técnico bastante para, no caso em apreço, justificar o agrupamento de remédios em blocos selecionados por critérios relacionados ao tipo de enfermidade/princípio ativo que, embora facilitem o recebimento e a estocagem dos medicamentos, impedem a participação de fabricantes e de distribuidores que não comercializam produtos de muitos laboratórios. Nessas condições, a jurisprudência da Corte tem rechaçado a aglutinação, sobretudo por se tratar de certame objetivando o registro de preços. Impõe-se, portanto, a adoção de medidas corretivas para a ampliação da competitividade**, nos termos dos artigos 15, inciso IV e 23, § 1º, ambos da Lei n. 8.666/93, subdividindo-se o objeto “em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando à economicidade”. (Plenário na Sessão de 12/06/13, no Processo 912.989.13-4, relatado pelo eminente Substituto de Conselheiro Samy Wurman).(g.n).*

Da mesma maneira, em relação à aglutinação de itens em lote, a Corte tem entendido que, existe uma prejudicialidade nas aquisições por meio de Registro de Preços em lotes.

### III - DO PEDIDO

Ante ao exposto, requer-se:

- 1) Suspensão do edital para análise desta impugnação;
- 2) A readequação do descritivo técnico dos itens 64, do lote 3, do edital no instrumento convocatório;

- 3) Nova pesquisa de valores estimado;
- 4) Desmembramento dos lotes, para que a administração consigo os menores valores por item.
- 5) Republicação do edital, de acordo com o artigo 21, § 4º, da Lei Federal 8.666/93;
- 6) Em caso de indeferimento da presente impugnação, será fornecida cópia integral do procedimento licitatório, para fins de apreciação pelo tribunal de contas do estado e revisão pelo poder judiciário por ser medida de inteira justiça

**Campinas, 19 de novembro de 2021.**



ALPHA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA  
CARMEN CHOLAKOV.  
RG Nº 14.761.177-5  
CPF Nº 064.090.978-75

**41.073.251/0001-83**

ALPHA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.

Av. Andrade Neves, 295 - Sala 114

Centro - CEP 13013-160

**CAMPINAS - SP**

**Re: 448-DESPACHO E-105-22-Pedido de Impugnação-ALPHA**

"Rosângela de Lima" <rosangela.lima@tabooadaserra.sp.gov.br>

29 de novembro de 2022 12:46

Para: thiago.rosario@tabooadaserra.sp.gov.br

Cc: "Juliana Santos" <juliana.csantos@tabooadaserra.sp.gov.br>, "SMS Selma" <selma.sylvestre@ts.sp.gov.br>

Boa tarde

Trata-se de análise acerca da IMPUGNAÇÃO ao Edital Pregão Eletrônico n. E-105/2022, tipo menor preço por lote, pelo Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, descrito e especificado no Termo de Referência, conforme especificações constantes do Anexo I, intentada pela empresa ALPHA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.

Aduz, em sua impugnação, que os itens agrupados em LOTE, da forma como descritos no referido edital, restringem a participação de maior número de empresas, motivo pelo qual sugere a revisão do edital e o desmembramento do mesmo. Alega ainda que a descrição do ITEM 64 presente no LOTE 03 esta direcionada a determinada marca e que o valor estimado esta exorbitante em comparação a pesquisas realizadas pela internet.

A Administração deste Município, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial busca sempre confeccionar editais com base nas solicitações elaboradas pelas Secretarias Municipais, que são diretamente responsáveis pela gerência das compras, as quais devem definir de maneira precisa o que realmente contempla o interesse público, verificando-se ainda sua conformidade com os ditames legais. Os editais devem sempre buscar a proposta mais vantajosa e evitar a redução do universo de participantes do procedimento licitatório, preservando, portanto, o referido interesse público.

Ocorre que, se por um lado, a Administração não pode restringir em demasia o objeto a ser contratado sob pena de frustrar a competitividade, por outro, não podemos definir o objeto de forma excessivamente ampla, podendo, neste caso, os critérios para julgamento das propostas falecerem, em virtude de a própria administração admitir propostas díspares, inclusive as que não satisfazem ao interesse público.

Assim podemos concluir que a definição do objeto da licitação pública e as suas especificidades são discricionárias, competindo ao agente administrativo avaliar o que o interesse público demanda obter mediante a aquisição.

No presente caso, a Administração, lançando-se do poder discricionário, permitiu que para o certame em referência seja prosseguido por lote, contendo os itens agrupados. Não entendemos que o agrupamento de diversos itens em um lote irá comprometer a competitividade do procedimento. Acreditamos inclusive que tal agrupamento irá resultar em considerável ampliação da competitividade, pois os valores se tornarão mais atraentes aos proponentes, devendo assim aumentar a probabilidade de que a Administração venha a celebrar contratos mais vantajosos, tendo em vista que ela receberá mais propostas, beneficiando a eficiência dos contratos administrativos.

A Administração, com essa decisão justificada, visa aumentar o desconto oferecido pelas empresas licitantes devido ao ganho de escala no fornecimento de todas as peças licitadas, bem como facilitar e otimizar a gestão do contrato, pois caso os itens sejam divididos entre vários licitantes, qualquer atraso por parte de qualquer um deles poderá comprometer todo o planejamento de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos desta Administração. Importante salientar ainda que esta Administração pretende adquirir produtos que no seu contexto geral são da mesma natureza, tendo a certeza que aglutinando os itens em lotes distintos poderá gerar aos licitantes ganhadores uma maior economia de escala que, certamente, será traduzida em menores preços em sua proposta global.

Sobre este tema, podemos citar a obra "Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos", vários autores, da editora Malheiros, na página 74, o seguinte trecho:

"(...) em geral, a economia de escala é instrumento fundamental para diminuição de custos. Quanto maior a quantidade a ser negociada, menor o custo unitário, que em decorrência do barateamento do custo da produção (economia de escala na indústria), quer porque há diminuição da margem de lucro (economia de escala geralmente encontrada no comércio)".

A própria Lei Federal n.º 8.666/93 garante a possibilidade de utilizar o menor valor global como critério, nos seguintes termos:

"Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

(...)

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48". Corrobora do entendimento supramencionado, em julgado, o Tribunal de Contas da União, quando decidiu pelo indeferimento de pedido de divisão do objeto licitado em itens, por considerar que a reunião do objeto em um único item, desde que devidamente justificada pela área demandante ou pelo pregoeiro, afasta a possibilidade de restrição indevida à competitividade. (Acórdão 1.167/2012 - TC 000.431/2012-5 - TCU - Plenário - Relator: José Jorge).

Essa mesma Corte se pronunciou através do Acórdão nº 732/2008, no seguinte sentido:

" ... a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto".

Dessa forma, verifica-se que o entendimento do Tribunal de Contas tem sido o de que a divisão do objeto em itens distintos deve ser auferida sempre no caso concreto, devendo ser aplicada a opção mais vantajosa para a Administração Pública, desde que não haja restrição à competitividade. Assim, dentro da competência discricionária que é assegurada à Administração, optou-se por adotar o critério de julgamento e divisão por lotes, que se reputa mais ajustado às necessidades e eficiência administrativas no presente caso.

Quanto a alegação de direcionamento, temos a esclarecer que os itens possuem características mínimas que devem ser respeitadas pois os mesmos foram descritos por profissionais qualificados que escolheram a melhor característica que atenda a necessidade dos municípios e das equipes que elegem o melhor tratamento de acordo com cada lesão, não impedindo de que as empresas licitantes ofertem produtos com tecnologia superior, desde que atendam as características mínimas exigidas.

Em relação a estimativa de preços, informamos que todo processo passa por vasta pesquisa de preços com empresas especializadas em cada linha de fornecimento e que recebemos diversos valores que compuseram o referencial médio estimado, mas como a própria palavra diz, são valores de referência não estando determinado que devem ser adquiridos pelos valores referenciados. Essa administração busca sempre a competição e o menor preço, desde que seja garantido a qualidade, integridade e isonomia da contratação.

Em abono das distinções doutrinárias, norteados em parâmetros essencialmente técnicos e legais, verifica-se que a Administração adotou as providências legais e úteis, vislumbrando as peculiaridades do registro de preços que visam, sobretudo, resguardar o interesse público. Sendo assim, diante do exposto, deve a presente impugnação ser julgada INDEFERIDA, por todos os fatos e argumentos contidos nas razões de julgamento.

Taboão da Serra, 24 de novembro de 2022.

Att.

Em 24-11-2022 09:57, [thiago.rosario@taboaoadaserra.sp.gov.br](mailto:thiago.rosario@taboaoadaserra.sp.gov.br) escreveu:

Em 2022-11-24 09:14, [thiago.rosario@taboaoadaserra.sp.gov.br](mailto:thiago.rosario@taboaoadaserra.sp.gov.br) escreveu:

DESPACHO DO PREGOEIRO

>> Pregão E-105/2022 - Processo nº 30569/2022.

>> OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A "AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR".

>> À

Secretaria Municipal de Saúde

>> Trata-se de PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO solicitado pela empresa ALPHA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, protocolado, conforme Edital, no Portal de Licitações "Compras BR", em 24/11/2022.

>> Prezados, solicitamos, por gentileza, que o presente Pedido de Impugnação, que será enviado por e-mail, seja analisado, na íntegra, e respondido, de forma pormenorizada, impreterivelmente até o dia 28/11/2022, ÀS 9:00 HORAS, sob pena de suspensão do Pregão E-105/2022 que está com sessão marcada para dia 30/11/2022.

>> Taboão da Serra, 24 de novembro de 2022.

>> >> Thiago Fernandes do Rosário  
Pregoeiro

-- Rosangela de Lima  
Prefeitura Municipal de Taboão da Serra  
Saúde  
Contatos: (11) 4701-0110



# ☰ Licitação

[← Voltar para listagem](#)**Número do Processo**

30569/2022

**Situação**

Suspensão

ACESSAR

**Número do Edital**

E-105/2022

## Detalhe Esclarecimento

**Data**

24/11/2022 09:44:02

**Empresa**MEGA MED  
PRODUTOS E  
SERVIÇOS  
HOSPITALARE  
S LTDA EPP**Situação**

Aguardando Resposta

**Assunto Esclarecimento**

Solicitamos esclarecimento sobre qual a marca e o modelo do equipamento para uso do item 219 (lote 12) swab para detecção de adenosina trifosfato(ATP).

**Nome:** Não

Respondido



24/11/2022 09:44

**Tipo:** MEGA MED PRODUTOS E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA EPP**Data:** Solicitamos esclar...**Nome:** Não

Aguardando Resposta



**Re: 449-DESPACHO E-105-22-Pedido de Esclarecimento-MEGA MED**

"Rosangela de Lima" <rosangela.lima@taboaodaserra.sp.gov.br>

29 de novembro de 2022 12:44

Para: thiago.rosario@taboaodaserra.sp.gov.br

Cc: "Juliana Santos" <juliana.csantos@taboaodaserra.sp.gov.br>

Boa tarde

Em resposta ao pedido de esclarecimento da empresa MEGA MED PRODUTOS E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA EPP, para os itens 202, 217 e 219 (lote 12), informamos que a descrição detalhada dos itens estão presentes no edital logo após ao agrupamento dos itens, sendo possível ter acesso a todas as características solicitadas. Quanto ao equipamento que realiza a leitura do ATP (item 219), não podemos determinar marca específica. O mesmo deverá ser fornecido pelo licitante vencedor. Informamos ainda, que serão aceitos, apenas produtos que atendam integralmente o edital em referência e seus anexos e que as especificações dos mesmos, contemplam exigências mínimas, seguindo as necessidades da área solicitante, não limitando ou impedindo que os licitantes ofertem produtos com tecnologia superior, desde que tragam em sua composição as características mínimas do descritivo técnico de cada item, sejam elas volume e/ou medidas exigidas.

Att

Em 24-11-2022 10:48, [thiago.rosario@taboaodaserra.sp.gov.br](mailto:thiago.rosario@taboaodaserra.sp.gov.br) escreveu:

**DESPACHO DO PREGOEIRO**

Pregão E-105/2022 - Processo nº 30569/2022.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A "AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR".

À

Secretaria Municipal de Saúde

Trata-se de PEDIDO DE ESCLARECIMENTO solicitado pela empresa MEGA MED PRODUTOS E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA EPP, protocolado, conforme Edital, no Portal de Licitações "Compras BR", em 24/11/2022, nos seguintes termos: "Solicitamos esclarecimento sobre qual a marca e o modelo do equipamento para uso do item 219 (lote 12) swab para detecção de adenosina trifosfato(ATP)."

Prezados, solicitamos, por gentileza, que o presente Pedido de Esclarecimento, seja analisado e respondido, impreterivelmente até o dia 28/11/2022, ÀS 9:00 HORAS, sob pena de suspensão do Pregão E-105/2022 que está com sessão marcada para dia 30/11/2022.

Taboão da Serra, 24 de novembro de 2022.

Thiago Fernandes do Rosário

Pregoeiro

-- Rosangela de Lima

Prefeitura Municipal de Taboão da Serra

Saúde

Contatos: (11) 4701-0110

# ☰ Licitação

[← Voltar para listagem](#)**Número do Processo**

30569/2022

**Situação**

Suspensão

ACESSAR

**Número do Edital**

E-105/2022

## Detalhe Esclarecimento

**Data**

25/11/2022 15:41:03

**Empresa**

Pontual Comercial Eireli

**Situação**

Aguardando Resposta

**Assunto Esclarecimento**

Srs. Solicito que seja conferido os Itens do Termo descritivo, pois os itens 106 não consta do termo, porem consta no sistema comprasbr. No lote 5 e 06, estão com divergencia na quantidade de itens e de produtos.

**Nome:** Não

Respondido



24/11/2022 09:44

**Tipo:** MEGA MED PRODUTOS E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA EPP**Data:** Solicitamos esclar...**Nome:** Não

Aguardando Resposta

